

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	12
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	13
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	20
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	21
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	22
1.13 Acordos de acionistas	24
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	25
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	26
1.16 Outras informações relevantes	27
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	29
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	32
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	33
2.5 Medições não contábeis	34
2.6 Eventos subsequentes as DFs	38
2.7 Destinação de resultados	39
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	43
2.10 Planos de negócios	44
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	45
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	46
3.2 Acompanhamento das projeções	47

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	48
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	49
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	50
4.4 Processos não sigilosos relevantes	51
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	55
4.6 Processos sigilosos relevantes	56
4.7 Outras contingências relevantes	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	65
5.3 Programa de integridade	73
5.4 Alterações significativas	74
5.5 Outras informações relevantes	75
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	76
6.3 Distribuição de capital	77
6.4 Participação em sociedades	78
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	79
6.6 Outras informações relevantes	80
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	81
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	82
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	83
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	84
7.4 Composição dos comitês	91
7.5 Relações familiares	92
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	93
7.7 Acordos/seguros de administradores	94
7.8 Outras informações relevantes	95
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	96

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	98
8.3 Remuneração variável	101
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	102
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	103
8.6 Outorga de opções de compra de ações	104
8.7 Opções em aberto	105
8.8 Opções exercidas e ações entregues	106
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	107
8.10 Outorga de ações	108
8.11 Ações entregues	109
8.12 Precificação das ações/opções	110
8.13 Participações detidas por órgão	111
8.14 Planos de previdência	112
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	113
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	114
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	115
8.18 Remuneração - Outras funções	117
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	118
8.20 Outras informações relevantes	119
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	120
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	121
9.4 Outras informações relevantes	122
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	123
10.1 Descrição dos recursos humanos	124
10.2 Alterações relevantes	125
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	126
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	127
10.5 Outras informações relevantes	128
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	129

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	131
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	133
11.3 Outras informações relevantes	134
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	136
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	138
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	139
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	140
12.5 Mercados de negociação no Brasil	141
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	142
12.7 Títulos emitidos no exterior	143
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	144
12.9 Outras informações relevantes	145
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	146
13.1 Declaração do diretor presidente	147
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	148
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	149

1.1 Histórico do emissor

- A Tronox Pigmentos do Brasil SA., indústria química, produtora de pigmento branco de Dióxido de Titânio, foi fundada em 25 de janeiro de 1966.
- O projeto obteve o apoio da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e do BNDES para a sua implantação e a produção fixada em 22.000 t/a.
- A tecnologia do processo foi adquirida por cessão definitiva da Laport Industries Ltda, mas a necessidade de constante atualização nessa área levou o grupo fundador a procurar uma associação com a Bayer do Brasil S/A em 1971.
- Em março de 1978, iniciou as obras de ampliação da capacidade para 50.000 t/a de Dióxido de Titânio e, em novembro de 1982 essa fase foi concluída.
- Em 1983, a empresa iniciou sua operação na Mina do Guajú (Paraíba) que é responsável pela extração do minério de titânio (ilmenita). A mina está localizada no nordeste brasileiro, no município de Mataraca, na Paraíba, a cerca de 1.100km da planta da Bahia – que é responsável pela transformação do minério em pigmento de TiO₂.
- Em abril de 1997, foi concluída a ampliação da fábrica para 60.000 t/a.
- Em 29 de março de 2004 a anterior Millennium Chemicals Inc. (controladora indireta da Companhia) e a Lyondell Chemical Company assinaram um contrato relativo à troca de ações e junção das empresas, objetivando a criação da terceira maior empresa química norte-americana com ações cotadas no mercado. Em 1º de dezembro de 2004 a Lyondell Chemical Company concluiu a aquisição da sociedade Millennium Chemicals Inc.
- No dia 7 de setembro de 2006, a Lyondell divulgou para a Securities Exchange Commission nos Estados Unidos da América que “a Lyondell busca continuamente oportunidades de gerar valor através de acordos comerciais, aquisições, venda de ativos ou parcerias. Por exemplo, a Lyondell avaliava possíveis alternativas estratégicas relacionadas ao seu segmento de químico inorgânico”.
- No dia 26 de fevereiro de 2007 a Lyondell divulgou a conclusão de acordo com a sociedade National Titanium Dioxide Company Ltd. (Tronox), relativo à proposta de alienação pela Lyondell de seus negócios de química inorgânica, dentre os quais a Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.
- A operação de aquisição pela Tronox dos negócios de dióxido de titânio da Lyondell, foi concluída com sucesso em 15 de maio de 2007. Como consequência, a Tronox tornou-se a nova acionista controladora indireta da Companhia, através da aquisição do controle direto da Millennium Inorganic Chemicals (MIC) nos Estados Unidos da América, sendo esta, controlada pela Thann Chimie SAS, empresa pertencente ao Grupo Tasnee (“Tasnee”).
- Hoje, a Tronox é a segunda maior produtora de pigmento de Dióxido de Titânio (TiO₂) do mundo. Conta com sete fábricas de TiO₂ e 6 minas distribuídas nos 6 continentes.
- Sua atuação no Brasil conta com três unidades: a Mina do Guajú, em Mataraca, na Paraíba; a fábrica em Camaçari, na Bahia; e o escritório comercial em São Paulo.

1.1 Histórico do emissor

- Em 10 de abril de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante em continuidade ao Fato Relevante de 21 de fevereiro de 2017, com relação à celebração de Acordo de Transação (“Acordo”) entre, de um lado, a acionista controladora indireta da Companhia, a The National Titanium Dioxide Company Limited, e algumas de suas afiliadas, e, de outro, a Tronox Limited, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a transação prevista no Acordo foi implementada nesta data, tendo o controle societário indireto da Companhia sido transferido para a Tronox Holdings plc, acionista controladora da Tronox Limited.
- No dia 10/04/2019, o FTC autorizou o processo de aquisição da Tronox sobre acerca do controle da Tronox e a partir desta data, a unidade Brasileira já está sobre controle da empresa Tronox.
- A Mina do Guajú, localizada no Município de Mataraca – PB, encerrou totalmente suas atividades produtivas em dezembro de 2021, finalizando também os contratos de trabalho, permanecendo, apenas, no local, estoque de ilmenita. A produção de Zirconita, Rutilo e Cianita, por sua vez, já havia sido encerrada em 2020. O processo de encerramento das atividades minerárias segue um planejamento estratégico e legal, estabelecido pelos órgãos reguladores e de proteção ambiental.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Produção e o comércio de produtos químicos, especialmente pigmento branco de dióxido de titânio (TiO₂) e seus subprodutos.
- Produção, a industrialização e o comércio de matérias-primas aplicadas ou não em sua própria produção.
- Importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados;
- Produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente ilmenita, rutilo, cianita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação.
- Participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio. Conforme mencionado no tópico 1.1 – Histórico do Emissor – a Mina de Guajú, localizada no Município de Mataraca – PB, encerrou totalmente suas atividades produtivas em dezembro de 2021, permanecendo apenas no local estoque de ilmenita.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

a) Lucro líquido do exercício

	31/12/2022		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Lucro líquido do exercício	48.386	19.969	68.355
Receitas líquidas, provenientes de clientes nacionais	793.056	-	793.056
Receitas líquidas, provenientes de clientes externos	9.766	-	9.766
	<u>802.822</u>	<u>-</u>	<u>802.822</u>
Despesa com vendas	(12.844)	-	(12.844)
Despesas gerais e administrativas	(30.740)	17.768	(12.972)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(807)	4.604	3.797
Depreciação, exaustão e amortização (custo e despesa)	(22.144)	(70)	(22.214)
Receitas financeiras	49.107	9	49.116
Despesas financeiras	(17.503)	(3.168)	(20.671)
	<u>31.604</u>	<u>(3.159)</u>	<u>28.445</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.854	-	4.854
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.680	-	5.680
	<u>10.534</u>	<u>-</u>	<u>10.534</u>
Total do ativo	<u>1.004.950</u>	<u>51.907</u>	<u>1.056.857</u>
<u>Imobilizado e Ativos de direito de uso</u>			
Custo total	656.539	160.503	817.042
Depreciação acumulada	(494.851)	(157.017)	(651.868)
Total	<u>161.688</u>	<u>3.486</u>	<u>165.174</u>

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	31/12/2021		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Lucro líquido do exercício	242.209	34.389	276.598
Receitas líquidas, provenientes de clientes nacionais	857.882	58.919	916.801
Receitas líquidas, provenientes de clientes externos	41.430	-	41.430
	<u>899.312</u>	<u>58.919</u>	<u>958.231</u>
Despesa com vendas	(13.370)	(5.601)	(18.971)
Despesas gerais e administrativas	(14.366)	6.303	(8.063)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	733	(4.111)	(3.378)
Depreciação, exaustão e amortização (custo e despesa)	(19.520)	(14.821)	(34.341)
Receitas financeiras	20.192	105	20.297
Despesas financeiras	(14.061)	(5.024)	(19.085)
	<u>6.131</u>	<u>(4.919)</u>	<u>1.212</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.610)	-	(14.610)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.714	-	4.714
	<u>(9.896)</u>	<u>-</u>	<u>(9.896)</u>
Total do ativo	<u><u>1.103.460</u></u>	<u><u>91.487</u></u>	<u><u>1.194.947</u></u>
<u>Imobilizado e Ativos de direito de uso</u>			
Custo total	599.429	168.071	767.500
Depreciação acumulada	(468.376)	(152.150)	(620.526)
Total	<u>131.053</u>	<u>15.921</u>	<u>146.974</u>

Receita líquida por segmentos**i) *Pigmento de titânio***

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pigmento de titânio	<u>802.822</u>	<u>775.103</u>

ii) *Minérios*

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Zirconita	-	47.458
Zirconita - revenda	-	91.662
Ilmenita	-	35.932
Rutilo	-	7.144
Cianita	-	932
	<u>-</u>	<u>183.128</u>

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**b) Outras informações (estoques)**

	31/12/2022		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Produtos acabados	128.141	46.976	175.117
Produtos em elaboração	37.762	-	37.762
Matérias-primas e insumos	72.340	-	72.340
Importações em andamento	1.152	-	1.152
Materiais de suprimento	26.973	-	26.973
	266.368	46.976	313.344
	31/12/2021		
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Produtos acabados	67.637	66.519	134.156
Produtos em elaboração	38.761	-	38.761
Matérias-primas e insumos	85.959	-	85.959
Importações em andamento	23.763	-	23.763
Materiais de suprimento	14.975	-	14.975
	231.095	66.519	297.614

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia utiliza do processo de sulfatação para produção de pigmentos no qual de uma capacidade instalada de 60.000 toneladas foram produzidas 47.218 toneladas em 2022 (42.255 toneladas em 2021), atingindo 78,70% (75,42% em 2021) da capacidade instalada. Adicionalmente, a fábrica possui controles que visam constantemente mitigar paralisações no processo produtivo da companhia principalmente para seis categorias de fatores que são fundamentais para a produção de pigmentos: Água, Energia, Gás natural, Slag, Ilmenita e Ácido Sulfúrico.

A Companhia possui uma estrutura com vendedores próprios e distribuidores para efetuar o seu processo comercial e logístico, utilizando também um armazém localizado em São Paulo e sua estrutura fabril para escoamento e entrega de produtos, além das exportações efetuadas a partir do porto de Salvador.

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema comercial que através de pedidos de venda e planejamento de S&OP com clientes estratégicos são programadas as saídas, no intuito de atender a demanda em relação à capacidade instalada da Companhia.

Abaixo segue breve descritivo de como funciona o processo produtivo do principal produto da Companhia, o pigmento de dióxido de titânio:

SECAGEM E MOAGEM: fase em que se retira a umidade da mistura de minérios formada por ilmenita e escória de titânio, que é um concentrado de titânio obtido através do processamento do minério de ilmenita). Após seca, a mistura de minérios é moída a fim de reduzir o tamanho das partículas e aumentar a superfície de contato do material, favorecendo assim a eficiência da reação de sulfatação.

MISTURA: nessa fase ácido sulfúrico e minério são misturados em proporções pré-definidas formando uma suspensão, a qual é agitada sob temperatura controlada para evitar a reação prematura. Este processo se dá em bateladas e cada batelada é enviada a tanques que alimentam os sulfatadores continuamente.

SULFATAÇÃO: nessa fase ocorre o ataque químico do minério moído pelo ácido sulfúrico 98% em peso, resultando na transformação dos óxidos em seus respectivos sulfatos solúveis. Os sulfatadores (em número de seis) são digestores contínuos, nos quais o fluxo de mistura que entra encontra uma corrente de água alimentada em uma proporção determinada. O calor liberado pela diluição do ácido é o responsável pelo início da reação de sulfatação. O produto da reação (massa sulfatada) é um pó marrom-esverdeado que é descarregado pelas extremidades do sulfatador e dissolvido formando o licor dissolvido.

DISSOLUÇÃO: a massa sulfatada resultante do processo de sulfatação é diluída em água, resultando no licor dissolvido, cuja densidade é controlada.

REDUÇÃO: por conta da necessidade de separação do ferro contido no licor dissolvido, é necessária a redução deste elemento do estado trivalente ($Fe+3$) para o estado bivalente ($Fe+2$), pois este último é mais fácil de ser removido nas etapas seguintes do processo. A reação de redução é conseguida adicionando-se limalha de ferro (fonte de ferro metálico) e sua eficiência é controlada pela presença de titanoso (íon $Ti+3$, produto da redução do íon $Ti+4$, que surge após total redução do ferro férrico).

CLARIFICAÇÃO: esta seção tem a finalidade de retirar do licor reduzido o minério não atacado pelo ácido ou mesmo impurezas provenientes da limalha de ferro. O processo de separação se dá por decantação e é auxiliado pela dosagem de solução de floculante catiônico (obtida a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

partir da diluição do floculante em água). Os sólidos contidos no licor alimentado continuamente pela parte superior central do clarificador são sedimentados por ação da gravidade, constituindo o “under-flow”. O licor clarificado, praticamente isento de sólidos, “over-flow”, flui por transbordamento para a etapa seguinte do processo através da parte superior do clarificador.

RECUPERAÇÃO DE TiO₂: a corrente de “under-flow” do processo de clarificação, normalmente conhecida como lama, contém ainda uma grande quantidade de licor de titânio solúvel, que é recuperado. Esta recuperação se dá através de filtros rotativos à vácuo (FRV's), onde inicialmente é aplicada uma camada de auxiliar filtrante (pré-coat, obtida a partir da diluição do auxiliar de filtração em água). O vácuo faz com que o licor contido na lama atravesse o material filtrante mediante a lavagem com água pulverizada por sprays, e o material sólido fica retido na superfície do pré-coat, camada que é retirada por um raspador. O material descarregado pelo raspador do filtro é encaminhado à neutralização enquanto que o licor filtrado é retornado à etapa de dissolução.

FILTRAÇÃO DE LICOR: o licor clarificado possui ainda uma pequena quantidade de sólidos indesejáveis para a seqüência do processo. Para reduzir esta quantidade a níveis adequados, nessa fase o licor é filtrado em filtros prensas de placa e quadro fazendo-se uso de pré-coat, solução obtida a partir da diluição do auxiliar de filtração em água.

SEMEADURA PRIMÁRIA: a semente primária é produzida quando se junta em um tanque quantidades definidas de licor filtrado e soda cáustica a 11%. Na reação entre o licor e a soda é formada uma certa quantidade de núcleos, invisíveis a olho nu, que agem como controladores da cinética da reação, tamanho e distribuição do tamanho das partículas formadas durante a etapa seguinte, de Hidrólise.

HIDRÓLISE: nessa etapa o TiO₂ solúvel contido no licor evaporado na forma de sulfato de titanila é insolubilizado na forma de hidróxido de titanila através de aquecimento e adição de água na forma de condensado, mediante um rigoroso controle de temperatura. Nessa fase do processo as partículas que dão origem ao pigmento começam a ser definidas, e por isso este é um processo bastante controlado quanto à velocidade de reação, formação e crescimento dos precipitados formados.

FILTRAÇÃO MOORE I: durante a hidrólise cerca de 95% do TiO₂ é insolubilizado juntamente com quantidades bastante reduzidas de outras substâncias. O restante permanece solúvel e necessita ser separado. Esta etapa é realizada em filtros folha à vácuo que são imersos em tanques contendo a suspensão de hidróxido de titânio. Na primeira etapa (filtração) ocorre o crescimento da camada de material insolúvel sobre as placas dos filtros devido a retenção dos sólidos. Numa segunda etapa (lavagem), o conjunto de placas (Frame) é imerso em um tanque contendo água que, devido ao vácuo a que está submetido o frame, atravessa a torta retirando o material solúvel remanescente, o qual contém ferro, cromo, vanádio e outros materiais prejudiciais à cor do pigmento.

O líquido oriundo da etapa de filtração contendo pequenas quantidades de material insolúvel é dirigido a um espessador, onde por gravidade ocorre a separação entre a parte líquida, praticamente isenta de sólidos, que transborda pela parte superior do equipamento (over-flow) e a suspensão que concentra no fundo (under-flow) e retorna ao processo. Este processo é auxiliado pela adição de solução diluída de floculante aniônico em água.

TRATAMENTO DE ÁCIDO: Apesar de grande parte do ferro e outros metais ser eliminada na lavagem da Filtração Moore I, pequenas, porém significativas, quantidades destes permanece adsorvida nos flocos da torta. A desadsorção destas impurezas é conseguida através do ataque ácido em meio redutor a quente. Ácido sulfúrico 98% é adicionado à polpa e como agente redutor é utilizado o alumínio metálico. A eficácia do processo é medida pela presença

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de Ti^{+3} (íon titanoso), o que indica que tanto ferro quanto outros metais prejudiciais estão no estado reduzido e, portanto mais fáceis de lavar na etapa seguinte

SEMEADURA SECUNDÁRIA: Uma polpa hidrolisada oriunda do processo sulfato é orientada na formação de cristais de estrutura anatase durante a calcinação. Para a mudança do estado cristalino para a estrutura rutilo seria necessária uma temperatura maior que $1000\text{ }^{\circ}\text{C}$, o que produziria cristais muito grandes, resultando num produto com propriedades óticas deficientes. Como a maior demanda do mercado de dióxido de titânio é por pigmento com estrutura rutilo, contorna-se esta situação adicionando à polpa “anatase” a semente secundária que induzirá a transformação cristalina em Rutilo sob temperaturas abaixo de $1000\text{ }^{\circ}\text{C}$, garantindo-se as propriedades pigmentares.

A semente secundária é produzida a partir da polpa “anatase”, a qual é alcalinizada com soda cáustica de maneira que se possa remover os íons SO_4^{2-} presentes por lavagem em filtros similares aos usados na Filtração Moore I (portanto, em que se usa tanque contendo água, que devido ao vácuo atravessa a torta retirando o material solúvel remanescente). Em seguida a polpa alcalinizada é então reacidificada com ácido clorídrico, pois o íon cloreto (Cl^-) muda a orientação da polpa para a formação de cristais rutilo. A polpa é ainda peptizada com ácido clorídrico e alumínio para garantir uma melhor difusão e dosada na polpa “anatase”.

FILTRAÇÃO MOORE II: A polpa proveniente do tratamento ácido recebe adição controlada de semente secundária e é então dirigida a uma nova etapa de filtração (idêntica à da Filtração Moore I) em que os metais desadsorvidos são separados através da fase solúvel, resultando uma polpa com uma quantidade bastante reduzida de impurezas que possam causar danos à cor do pigmento.

Tal como na etapa de Filtração Moore I, essa etapa é realizada em filtros folha à vácuo que são imersos em tanques contendo a suspensão de hidróxido de titânio. Na primeira etapa (filtração) ocorre o crescimento da camada de material insolúvel sobre as placas dos filtros devido a retenção dos sólidos. Numa segunda etapa (lavagem), o conjunto de placas (Frame) é imerso em um tanque contendo água que, devido ao vácuo a que está submetido o frame, atravessa a torta retirando o material solúvel remanescente, o qual contém ferro, cromo, vanádio e outros materiais prejudiciais à cor do pigmento.

O líquido oriundo da etapa de filtração contendo pequenas quantidades de material insolúvel é dirigido a um espessador, onde por gravidade ocorre a separação entre a parte líquida, praticamente isenta de sólidos, que transborda pela parte superior do equipamento (over-flow) e a suspensão que concentra no fundo (under-flow) e retorna ao processo. Este processo é auxiliado pela adição de solução diluída de floculante aniônico em água.

DESAGUAMENTO: nessa fase a polpa de hidróxido de titânio resultante da etapa de Filtração Moore II recebe a adição de soda cáustica (fonte de óxido de sódio Na_2O para evitar a sinterização e aspereza e uniformizar o tamanho e distribuição de partículas durante o processo de calcinação) e de sulfato de alumínio (como fonte de óxido de alumínio Al_2O_3 e de óxido de zinco, a fim de promover a estabilidade à rede cristalina formada durante a calcinação, além de melhorar a resistência do pigmento de dióxido de titânio contra agentes de intemperismo), e posteriormente é desaguada em filtros-prensa para obtenção de uma torta com aproximadamente 47% de sólidos, e então ser alimentada aos fornos calcinadores.

CALCINAÇÃO: na calcinação, o precipitado formado na hidrólise (hidróxido de titânio) é transformado em dióxido de titânio. Este processo tem uma duração entre 6 a 12 horas, possui um rigoroso controle de perfil de temperatura, pois praticamente define as principais características do produto, tais como: poder de cobertura, poder de tingimento e cor. Todas estas propriedades são avaliadas através de métodos específicos.

Durante o processo é também medido o nível de calcinação do produto através de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

difratometria de raios-X, a qual indica o conteúdo de cristais anatase ou rutilo conforme tipo de pigmento produzido.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE GASES PROCEDENTES DA CALCINAÇÃO: Os ácidos contidos na torta de hidróxido de titânio que alimenta aos calcinadores, assim como componentes contidos no gás natural, dão origem a gases ácidos que saem dos fornos juntamente com a água evaporada e uma quantidade mínima de produto arrastada por esta corrente. Para evitar que estes produtos sejam lançados a atmosfera, os gases são inicialmente lavados em contra corrente com água nas torres de lavagem onde as partículas de dióxido de titânio são retiradas. Em seguida os gases passam por precipitadores eletrostáticos, em que partículas carregadas eletricamente (tais como o SO_3) são retidas.

Os gases efluentes dos precipitadores eletrostáticos são dirigidos à etapa de oxidação úmida, que é uma unidade composta de reatores com leito de carvão ativado. O dióxido de enxofre (SO_2) que passa pelos leitos de carvão é oxidado SO_3 , que por sua vez é transformado em ácido sulfúrico reciclável através da adição de água. A eficiência do processo é superior a 90%. Os gases efluentes deste processo são então lançados na atmosfera contendo quantidades mínimas de SO_2 (abaixo dos limites estabelecidos na licença de operação da Fábrica).

MOAGEM: após o processo de calcinação, o produto calcinado resultante encontra-se bastante aglomerado e, embora já tenhamos cristais de TiO_2 formados (anatase ou rutilo), o produto necessita de uma granulometria mais fina para que suas propriedades pigmentares se manifestem. Isto é obtido através de moagem em moinhos de pêndulos (Raymond), em que os aglomerados são quebrados quando comprimidos pelo movimento circular dos pêndulos contra o anel que circunda o moinho, resultando em partículas menores que 45 microns. Após esta etapa os produtos “não tratados” estão prontos e são encaminhados ao ensacamento. Os produtos “tratados” são dirigidos à etapa de ressuspensão.

RESSUSPENSÃO: na etapa de ressuspensão, a base moída é misturada em tanques a uma suspensão de dióxido de titânio recirculante, dispersante e água, sendo obtida uma dispersão uniforme e adequada da polpa ressuspensa. O produto deverá ser adequadamente disperso, para que na seção de tratamento de superfície a deposição dos produtos inorgânicos seja eficientemente distribuída.

TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE: o dióxido de titânio (TiO_2) simplesmente moído já é um pigmento, no entanto, em diversas aplicações este produto não apresenta uma performance satisfatória, seja do ponto de vista da eficiência ótica, ou mesmo no que diz respeito à resistência contra agentes de intemperismo. Para contornar tais desvantagens, o produto é submetido a um tratamento de superfície, no qual sílica, alumina e TiO_2 amorfo são depositados em camadas sobre as partículas do pigmento. Os agentes de tratamento são dosados sob a forma de soluções diluídas em água, e são precipitados através de mudanças no pH da faixa alcalina até a faixa ácida e vice-versa. Ao final do processo, a suspensão é neutralizada com ácido sulfúrico, visando a uma específica faixa de pH. A quantidade dos agentes de tratamento varia de acordo com o tipo de pigmento produzido.

LAVAGEM E DESAGUAMENTO: A polpa tratada é filtrada e lavada em filtros rotativos a vácuo (FRVs) mediante adição de água na forma de condensado e pulverizada por sprays, de maneira que os sais solúveis formados na seção anterior sejam eliminados, pois os íons dos mesmos poderão conferir ao pigmento um caráter levemente condutor, bastante indesejável na aplicação do produto. Este procedimento é realizado em dois estágios de filtração, e na descarga do último estágio a torta desaguada é transferida para etapa seguinte, de secagem.

SECAGEM: essa etapa visa a reduzir a água contida no pigmento a quantidades residuais. A operação é realizada em secadores tipo *spray driers*, em que a torta desaguada é atomizada

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

na parte superior de um grande vaso cônico e sofre ação de secagem através da corrente de gases de combustão, gerados pela queima de gás natural que entra pela base do equipamento.

MICRONIZAÇÃO: o pigmento seco, na forma granulada que procedente dos secadores *spray driers*, não está ainda pronto para uso final e passa ainda por mais uma etapa de moagem. Esta etapa é realizada em micronizadores, equipamentos constituídos por câmaras em forma de disco, em que correntes de vapor a alta pressão e de pigmento são introduzidos tangencialmente, de maneira que a moagem se dá por colisão entre as partículas de pigmento e destas contra o anel de moagem do micronizador. Após esta etapa o produto é encaminhado ao ensacamento para embalagem e paletização.

Outras informações importantes:

- Benefícios e/ou subsídios fiscais: a Companhia não possui, nem existe disponível, nenhum benefício e/ou subsídio fiscal ligado ao fato de estar inserida no mercado de dióxido de titânio.
- Situações de monopólio ou oligopólio e nível de concorrência: a Companhia é a única produtora de dióxido de titânio da América do Sul. Não obstante, a dinâmica de mercado faz com que os potenciais clientes busquem no mercado internacional alternativas que atendam melhor às diversas aplicações que o dióxido de titânio pode ter, não cobertas pelo portfólio da Companhia e/ou com preços mais competitivos.
- Dependência do Governo: o segmento de dióxido de titânio não possui dependência governamental direta.

1.5 Principais clientes

Em reais mil

Receita líquida por cliente: Pigmento de titânio

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Grupo A	32.909 4%	24.416 3%	9.170 2%
Grupo B	164.743 21%	140.715 16%	101.512 18%
Grupo C	103.098 13%	91.729 11%	83.473 15%
Grupo D	32.766 4%	45.136 5%	22.868 4%
Grupo E	19.928 2%	16.591 2%	11.512 2%
Grupo F	38.247 5%	35.807 4%	24.847 4%
Grupo G	40.634 5%	43.353 5%	30.655 5%
Grupo H	24.472 3%	27.178 3%	19.040 3%
Grupo I	22.593 3%	20.587 2%	11.574 2%
Outros	323.433 40%	421.254 49%	260.833 45%
	<u>802.822</u> 100%	<u>866.765</u> 100%	<u>575.484</u> 100%

Todos os grupos de clientes que representam mais de 10% da receita líquida estão relacionados ao segmento de pigmento de titânio (TiO₂), dentro das operações normais da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Licença de Operação que nos foi concedida pelo INEMA em Portaria de Nº 17.468, publicada em 11/12/2018 e válida até 12/12/2026;
- Outorga de recursos hídricos dos Poços da Fazendinha - Portaria INEMA nº 26.273 publicada em 10/06/2022 e válida até 10/06/2026;
- Outorga de água superficial concedida pelo INEMA Portaria Nº26.796, publicada em 24/08/2022 e válida até 24/08/2026.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior*Em reais mil*

Receita líquida por país - Mercado Externo	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
França	-	0%	30.452	74%	37.424	62%
Argentina	6.262	64%	5.797	14%	3.782	6%
Bolívia	3.504	36%	2.963	7%	2.569	4%
Emirados Árabes	-	0%	566	1%	-	0%
Estados Unidos	-	0%	-	0%	2.459	4%
Índia	-	0%	-	0%	13.407	22%
Líbano	-	0%	1.007	2%	288	0%
Quênia	-	0%	644	2%	311	1%
	9.766	100%	41.430	100%	60.240	77%

As exportações representaram 1,22%, 3,58% e 6,84% da receita líquida total da Companhia nos exercícios de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não temos influência/efeito da regulação estrangeira dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes, em nossas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia divulga anualmente seu relatório global de sustentabilidade através do endereço eletrônico (<https://www.tronox.com/about-us/sustainability/sustainability-reports/>). Os dados anuais refletem o mapeamento feito trimestralmente com todas as suas unidades de forma a coletar indicadores de sustentabilidade mediante o uso da ferramenta GRI – Global Reporting Initiative e GHG Protocol. Além dos indicadores, são apresentadas as metas associadas às questões ambientais e sociais; ações de destaque no ano bem como os compromissos futuros. A metodologia GRI - Global Reporting Initiative disponível no endereço eletrônico: (<https://www.globalreporting.org/about-gri/>), para padronização do relatório e critérios de reporte de sustentabilidade. Adota ainda o GHG Protocol para levantamento dos gases de efeito estufa conforme disponível no site (<https://www.wribrasil.org.br/projetos/ghg-protocol/>).

Para o site da Bahia, é feito o levantamento trimestral a fim de calcular a pegada de carbono do site. Além disso são elencados os usos água e geração de efluentes, geração e destinação de resíduos.

Para o ano de 2023 o destaque para a Bahia será a aquisição do certificado de energia renovável I-REC que garante que toda energia elétrica consumida na planta da Bahia terá a contrapartida de garantia de geração de energia renovável equivalente na matriz brasileira.

Além disso, a Companhia adota uma série de iniciativas globais para relatar minuciosamente a forma como reporta as os esforços e sucessos em sustentabilidade, incluindo as metodologias TCFD, SASB e GRI. O relatório TCFD é preparado de acordo com as recomendações do Grupo de Trabalho contemplando as recomendações e divulgações financeiras relacionadas ao clima. O relatório TCFD está disponível no endereço eletrônico: <https://www.Companhia.com/about-us/sustainability/sustainability-reports/>

Há também parceria com a Ecovadis que colabora em relação a sustentabilidade, com uma plataforma comum, uma ficha de resultados universal, benchmarking e ferramentas de melhoria de desempenho. Em 2022 a Companhia obteve a premiação Gold da EcoVadis, um dos mais provedores de negócios confiáveis classificações de sustentabilidade.

A Tronox considera a matriz de materialidade global construída a partir da validação de cada site. Os indicadores materiais são:

- ENVIRONMENT: Climate Change, Circular Economy, Product Stewardship, Water and Effluents, Biodiversity, Management of Tailings Storage Facilities.
- SOCIAL: Health and Safety, Community and Rights of Indigenous People, Fair Employment Practices, Diversity and Inclusion.
- RESPONSIBLE BUSINESS: Economic Performance, Financial Disclosure of Climate-Related Risks, Market Presence, Procurement Practices, Fair Business Practices.
- GOVERNANCE: Board Governance, Sustainability Governance, Sustainability Grievance Mechanisms, Compliance.

Outro fator de destaque é que a Companhia considera o Programa de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Objetivos (ODS da ONU) ao definir metas para o próprio negócio. Acredita-se que a Tronox pode impactar mais esses ODS da ONU. Os ODS considerados são:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS #03 - Saúde e Bem-estar
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- ODS #04 - Educação de Qualidade
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- ODS #05 - Igualdade de Gênero
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- ODS #06 - Água Potável e Saneamento
Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- ODS #08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
- ODS #09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS #10 - Redução das Desigualdades
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- ODS #12 - Consumo e Produção Responsáveis
Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- ODS #13 - Ação contra a mudança global do clima
Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- ODS #15 - Vida Terrestre
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia realiza inventário de emissões de gases efeito estufa pela metodologia GHG Protocol para os escopos 1 e 2. Em 2022, foi inserido o escopo 3 – upstream, contidos no relatório de sustentabilidade disponível para consulta pública no endereço eletrônico: <https://www.Companhia.com/about-us/sustainability/sustainability-reports/>).

Comentários dos Diretores acerca dos aspectos ASG:

A cada ano, a Matriz busca integrar a sustentabilidade dentro da organização através de pilares fundamentais, tais como:

Atingir a Neutralidade de Carbono em 2050 – Reforçar a redução as emissões relativas ao escopo 1 e 2 em 35% e 50% em 2025 e 2030 respectivamente, comparando com sua pegada de carbono em 2019, e chegando a neutralidade em 2050. Temos também como meta, reduzir as emissões referente ao escopo 3 em nossa cadeia de valor em 9% e 16% em 2025 e 2030 respectivamente, comparando com a pegada de carbono para esse escopo em 2021;

Acabar com a destinação de resíduos sólidos para aterros dedicados - Reduzir a destinação de resíduos sólidos para aterros externos em 15% e 25% em 2025 e 2030 respectivamente e atingir a destinação ‘zero’ de resíduos sólidos para aterros externos em 2050;

Atingir acidente ‘zero’ através da construção de capacidade em pessoas, plantas e processos – Estabelecer um programa de indicadores proativos com objetivo de atingir o ‘zero acidente’

Suportar e construir uma local de trabalho que reflita a comunidade onde operamos – Melhorar a diversidade e inclusão no ambiente de trabalho através de uma equidade de gêneros, políticas de diversidades e inclusão e planos de sucessão e liderança.

Localmente, a planta da Bahia vem inserindo práticas de ASG, seguindo os pilares definidos pela matriz, através de:

- Estabelecimento de um comitê local de ASG em conformidade com as normas técnicas vigentes, relativa à implantação de políticas de ASG nas organizações (ABNT PR 2030);
- Levantamento de potenciais alternativas de descarbonização, através de novas tecnologias de redução e recuperação de energia;
- Desenvolvimento de práticas de Economia Circular através do projeto de incorporação do resíduo sólido, gerado na produção de TiO₂, na construção civil. Atualmente 5% do produto gerado é vendido para fabricação de artefatos de concreto através de uma parceria comercial;
- Manutenção de uma sólida cultura de segurança, com baixíssimas taxas de incidentes por mais de duas décadas;
- Estabelecimento de um programa local de indicadores proativos de segurança através da participação de empregados e contratados;
- Estabelecimento de um comitê de diversidade e inclusão, onde estabelece práticas de engajamento e ações referentes a criar um local de trabalho que reflita e respeite as nossas singularidades, vivências e experiências.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Canais de comunicação para questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade

Linha Direta de Ética e Compliance

0800.832.2299 / +55.21.2018.1111

Speak up

Linha Direta com a Comunidade - 0800.284.9114

Remuneração da Administração contendo principais indicadores, inclusive indicadores ligados a temas ASG

Existem indicadores globais para gerentes e diretor do site e KPIs definidos para pagamento de PLR todos os empregados. Os indicadores de desempenho são:

Metas Globais:

- Free Cash Flow (FCF) \$Ms
 - Adj Ebitda
 - Capex;
- Adj EBITDA less Capex \$Ms
- Relative Adj EBITDA Margin %
- Sustainability:
 - Disable injury rate
 - Total Recordable Injury Rate
 - Tons of CO2 emissions per ton of production

Metas Bahia

- Safe
 - Reducing Risk (# of additional controls put in place to reduce exposure to a hazard during a task)
 - Workplace Pride (# of sustained improvements to elevate the condition of the working environment)
- Quality
 - Quality - QEI
- Low Cost
 - Mfg cost less ore (\$/MT)
 - Ti yield
- Tons
 - Production Volume TiO2

Metas PLR (todos os empregados)

- Incidentes Ambientais Nível A e B
- Volume de produção
- Custo Total de Fabricação (U\$ GAAP) R\$/ton
- % FPP produto conforme padrão
- Eficiência (%)

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não se aplica a esta Companhia.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Contrato para alienação de negócios entre Tasnee e Tronox

Em 10 de abril de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante em continuidade ao Fato Relevante de 21 de fevereiro de 2017, com relação à celebração de Acordo de Transação ("Acordo") entre, de um lado, a acionista controladora indireta da Companhia, a The National Titanium Dioxide Company Limited, e algumas de suas afiliadas, e, de outro, a Tronox Limited, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a transação prevista no Acordo foi implementada nesta data, tendo o controle societário indireto da Companhia sido transferido para a Tronox Holdings plc, acionista controladora da Tronox Limited.

Em dezembro de 2021, foi lavrado auto de infração referente, basicamente a: i) inclusão de ajuste a valor presente no cálculo do lucro da exploração, alterando o valor das receitas financeiras excedentes; e ii) apuração do adicional de IRPJ para efeito de cálculo do benefício da Sudene, no âmbito federal, referente aos exercícios de 2017 e 2018. Conforme supracitado no parágrafo anterior, a partir do Acordo de Transação firmado entre a Tronox e o antigo controlador, este último é obrigado a ressarcir a Companhia em relação as autuações fiscais ocorridas antes da assinatura do referido Acordo. Sendo assim, a Companhia reconheceu este passivo com contrapartida um saldo ativo, no montante correspondente, classificado na rubrica de "outros ativos".

Reestruturação societária do Grupo

Em observância aos objetivos estratégicos do grupo controlador da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Cristal"), foram promovidos, no decorrer de 2017, alguns movimentos societários, cujos efeitos, para todos os fins, visou concentrar os investimentos brasileiros a partir da empresa CIC Netherlands BV, sediada na Holanda.

Nesse sentido, 99,94% das quotas da MIC Holdings Brasil Ltda. (controladora direta da Cristal) detidas pela Thann Chimie SAS (França) e 0,06% detido pela MIC SAS (França) foram alienadas para a MIC Australind (Inglaterra) e a CI BV (Holanda), respectivamente, em dezembro/2017.

Ato contínuo, a MIC Australind (Inglaterra) subscreveu capital na MIC Holdings Brasil Ltda. por meio da conferência, ao custo contábil, da integralidade das suas ações na Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (equivalentes a 37%).

Por fim, a MIC Australind (Inglaterra) transferiu, ao custo de aquisição, as suas quotas (99,94%) na MIC Holdings Brasil Ltda para a CIC Netherlands BV (Holanda).

Alteração do capital social

Em 11 de abril de 2023, conforme divulgado em Eventos Subsequentes às demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária:

- i) redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 126.803.572,07 (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e sete centavos), por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., passando o capital social de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para R\$ 123.196.427,93 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e noventa e três centavos), mantendo-se inalterado o número total de ações da Companhia, mediante restituição aos acionistas (o valor, por ação, (em reais) é de R\$ 4,37).

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

- ii) aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 16.803.572,07 (dezesesseis milhões, oitocentos e três mil, quinhentos e setenta e dois reais e sete centavos), mediante capitalização de parte da reserva legal, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 169 da Lei das S.A., passando o capital social de R\$ 123.196.427,93 (cento e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos) para R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais).

1.13 Acordos de acionistas

Não se aplica a esta Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia, nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais, nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas às atividades da Companhia foram divulgadas anteriormente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, sendo essa afirmativa baseada na (i) geração operacional de caixa, (ii) estrutura de capital constituída, de forma predominante, por recursos próprios, bem como (iii) baixo volume de inadimplência dos clientes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita Líquida

(R\$ mil)							YTD		
	4T22	4T21	%	3T22	%	2022	2021	%	
Vendas brutas	189.215	316.938	-40%	264.347	-28%	984.079	1.157.521	-15%	
Impostos incidentes sobre vendas	(33.624)	(50.643)	-34%	(46.743)	-28%	(175.438)	(193.302)	-9%	
Descontos, abatimentos e outras deduções	(180)	(1.342)	-87%	(1.518)	-88%	(5.819)	(5.988)	-3%	
Receita líquida	155.411	264.953	-41%	216.086	-28%	802.822	958.231	-16%	

No 4T22, as vendas brutas foram de R\$189.215, apresentando uma redução de 40%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior (4T21). A receita líquida no 4T22 foi de R\$155.411, uma redução de 41%, quando comparado com o mesmo período supracitado (4T21). Essas reduções se justificam pelo menor volume vendido (ligado a um menor desempenho no mercado de tintas), além da oferta chinesa de TiO₂, com menor preço no mercado. Adicionadas a essas justificativas, ressalta-se o fato que, em 2021, ocorreram vendas de minérios na mina, no montante de R\$ 91.466, sendo R\$ 32.546 no 4T21.

Quando comparado ao trimestre anterior (3T22), verifica-se uma redução na ordem de 28% no valor da receita líquida no 4T22, devido a redução da quantidade vendida, além dos pontos citados no parágrafo anterior.

A variação por segmento é devido aos seguintes fatores:

- ◆ Pigmento: no comparativo entre 4T22 e o 3T22, verifica-se uma redução de 3% nos preços médios de venda líquidos dos produtos em moeda local, redução de 26% no volume vendido e de 27% nas vendas brutas. Com relação ao comparativo do 4T22 com o 4T21, verifica-se uma redução de 21% do volume vendido no 4T22, onde também houve uma redução de 19% das vendas brutas, compensando pela estabilidade no preço médio de vendas líquidas, em moeda local.
- ◆ Minérios: em 2022, devido à exaustão da lavra da Mina de Guajú, a Companhia não efetuou venda de ilmenita, zirconita, rutilo e/ou cianita. Sendo assim, observam-se reduções nas vendas dos minérios no comparativo com outros períodos.

Custo de Vendas

(R\$ mil)							YTD		
	4T22	4T21	%	3T22	%	2022	2021	%	
Receita líquida	155.411	264.953	-41%	216.086	-28%	802.822	958.231	-16%	
Custo de vendas	(142.824)	(187.776)	-24%	(188.945)	-24%	(752.447)	(644.604)	17%	
Lucro bruto	12.587	77.177	-84%	27.141	-54%	50.375	313.627	-84%	
Margem bruta	8%	29%	-72%	13%	-36%	6%	33%	-81%	
% (Custo de vendas / Receita líquida)	92%	71%	30%	87%	5%	94%	67%		

No 4T22 a variação positiva do custo de vendas de 24%, quando comparado com o 3T22, foi motivada pela redução da quantidade vendida (redução de 26%) e a redução de 9% do custo de produção unitário. Quando comparamos o 4T22 com o 4T21, verifica-se redução do custo médio de produção de TiO₂ na ordem de 14%. Destaca-se que o custo de vendas no 4T22 também foi impactado devido a constituição provisão para perda relacionado adiantamento realizado a fornecedor ácido sulfúrico. Com relação a este último ponto, a Companhia está

2.2 Resultados operacional e financeiro

retomando o fornecimento de ácido sulfúrico junto ao fornecedor de forma gradual e desenvolvendo novos fornecedores deste material secundário.

Lucro Bruto e Margem Bruta

No 4T22, verifica-se uma redução no lucro bruto, quando comparado com o 3T22, uma vez que os resultados foram R\$12.587 (8% de margem) e R\$27.141 (13% de margem), respectivamente. Adicionalmente, o lucro bruto foi inferior quando comparado ao 4T21, devido à redução no volume de vendas e constituição de provisão para perda com adiantamento a fornecedor de ácido sulfúrico. Adicionalmente, conforme divulgado no tópico “Eventos recentes”, a Companhia não efetuou a venda de minérios em 2022.

No 4T22, podemos observar uma variação do custo de vendas inferior à variação da receita líquida, quando comparada ao mesmo período do ano anterior (4T21), devido, basicamente, aos seguintes motivos:

- i) Redução de preços médios de matérias-primas como ácido sulfúrico e gás natural, que juntos representaram no 4T22 38% do custo de vendas (4T21, 50%). Destaca-se que em no 4T21, os resultados ainda são impactados pelo acesso ao material secundário de ácido sulfúrico com um custo menor nos meses de outubro de novembro, antes da limitação de abastecimento do seu principal fornecedor do material.
- i) O impacto da variação da taxa cambial (real X dólar) sobre o custo de vendas ocorre numa proporção menor, já que apenas parte das matérias-primas e insumos adquiridos no mercado exterior são adquiridas em dólar, além do incremento do preço médio de fornecedores.

Lucro Líquido

(R\$ mil)	4T22	4T21	%	3T22	%	YTD		
						2022	2021	%
Lucro líquido	36.211	73.761	-51%	28.437	27%	68.355	276.598	-75%
Margem líquida	23%	28%		13%		9%	29%	

No 4T22, a Companhia apresenta lucro líquido de R\$36.211, havendo aumento em comparação com o período anterior (R\$ 28.437 no 3T22). Em comparação ao mesmo período do exercício anterior (4T21), há uma redução de 51%, decorrente, principalmente, do aumento do custo médio de vendas e diminuição da quantidade vendida. Adicionalmente, em 2022, a Companhia reconheceu receita financeira de R\$49.116 (R\$20.297 em 2021), sendo

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$31.920 (R\$7.510 em 2021) referente a juros sobre contrato de mútuo com partes relacionadas (assinado em julho de 2021).

EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ mil)							YTD		
	4T22	4T21	%	3T22	%	2022	2021	%	
Lucro líquido	36.211	73.761	-51%	28.437	27%	68.355	276.598	-75%	
(+/-) Resultado financeiro	(6.949)	(1.212)	473%	(10.177)	-32%	(29.465)	(3.279)	799%	
(+/-) Depreciação, amortização e exaustão	6.464	16.395	-61%	5.708	13%	22.214	34.341	-35%	
(+/-) IR e CS	(13.854)	6.945	-299%	1.567	-984%	(10.534)	9.896	-206%	
(=) EBITDA	21.872	95.889	-77%	25.535	-14%	50.570	317.556	-84%	
Margem EBITDA	14%	36%		12%		6%	33%		

No comparativo do 4T22 com o 3T22, o EBITDA apresentou redução devido principalmente pela redução do resultado operacional decorrente da menor quantidade vendida. Quando comparado com o 4T21, verificamos uma redução do EBITDA devido ao fato de que, em 2022, a Companhia vem regularizando o suprimento de ácido sulfúrico e redução no volume de vendas no último trimestre do exercício corrente.

Depreciação, amortização e exaustão

No 4T22, quando comparado ao 3T22, há um aumento no valor da depreciação, amortização e exaustão decorrente da imobilização de projetos de capital de máquinas e equipamentos. Quando comparado com o 4T21, há uma redução de 61%, devido basicamente, ao fato de que no 4T22, não existe exaustão do custo de recuperação de mina ("ARO") (YTD21, R\$9.957). Adicionalmente, devido ao encerramento da mina, reconheceu-se, em 2021, depreciação de R\$4.864.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras e respectiva emissão em 10 de março de 2023.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - "IFRS") emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, assim como também não há ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Não houveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes de introdução/alienação de segmento operacional, constituição e ou aquisição/alienação de participações societárias e eventos ou operações não usuais, além dos divulgados no tópico 1.12 deste formulário.

2.5 Medições não contábeis

Gestão de risco financeiro

a. **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Isso é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Total dos passivos de arrendamento e dívida com partes relacionadas	12.688	12.038
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(74.849)	(162.993)
Dívida líquida	(62.161)	(150.955)
Total do patrimônio líquido	808.891	876.884
Total do capital	746.730	725.929
Índice de alavancagem financeira	-8%	-21%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. **Risco de taxa de câmbio**

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em Dólar estadunidense. As receitas de vendas da Companhia para o mercado externo representaram 0,99% e 3,58%, respectivamente, do total das vendas brutas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração da Companhia entende que, historicamente, aproximadamente, 50% do seu custo de vendas é dolarizado e, sendo assim, o risco de câmbio é mitigado por este “*hedge natural*” da operação, não entendendo ser necessária nenhuma operação adicional de *hedge* cambial.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. Os saldos de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

2.5 Medições não contábeis

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de clientes - mercado externo	3.575	1.951
Fornecedores	(7.748)	(5.196)
Valores a receber de partes relacionadas	2.047	37.906
Valores a pagar a partes relacionadas	2.171	(8.352)
	<u>45</u>	<u>26.309</u>

c. **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito que esta está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no saldo do contas a receber. Adicionalmente, a Companhia não possui histórico de perdas significativas com clientes (nota 6). A Companhia considera que o saldo de caixa e equivalentes de caixa e o saldo de aplicações financeiras têm baixo risco de crédito. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes e aplicações bancárias com instituições financeiras de grande porte, seguindo as regras descritas na sua política Global de risco e crédito.

d. **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou entre empresas do grupo. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, além de apresentar capital circulante líquido positivo, a Companhia não efetuou a contratação de empréstimos e financiamentos no mercado ou entre empresas do grupo.

e. **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa e monitoramento do risco de liquidez de não cumprimento e liquidação de suas obrigações é realizada pelo Departamento de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

2.5 Medições não contábeis

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	52.847	-
Obrigações com compras de mercadorias	2.582	-
Passivos de arrendamento	6.427	4.090
Valores a pagar a partes relacionadas	2.171	-
Dividendos e JCP a pagar	13.590	-
Em 31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	95.949	-
Obrigações com compras de mercadorias	1.433	-
Passivos de arrendamento	2.066	1.620
Valores a pagar a partes relacionadas	8.352	-
Dividendos e JCP a pagar	16.286	-

f. **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	CDI/SELIC Provável	Risco	Efeito		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	12,37%	Baixa do CDI	24.340	18.255	12.170
Valores a receber de partes relacionadas	12,37%	Baixa do CDI	19.380	14.535	9.690

(*) Fonte: projeções macroeconômicas de longo-prazo do banco Bradesco.

Risco cambial

Instrumento/operação	Dólar Provável	Risco	Efeito		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	5,31	Baixa do dólar	62	(847)	(1.756)
Fornecedores no exterior	5,31	Alta do dólar	(140)	(2.190)	(4.241)
Valores a receber de partes relacionadas	5,31	Baixa do dólar	36	(485)	(1.006)
Valores a pagar a partes relacionadas	5,31	Alta do dólar	(3)	(54)	(105)

(*)Fonte: sistemas de expectativa de mercado do Banco Central do Brasil.

A análise de sensibilidade supracitada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

2.5 Medições não contábeis

Risco operacional

A Administração da Companhia entende que o risco da operação relacionado ao possível risco de não entrega de material secundário, pelo principal fornecedor da Companhia, está sendo mitigado pela assinatura de novos aditivos contratuais, além de compras com outros fornecedores. Sendo assim, não existe impacto na continuidade das operações.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Eventos subsequentes para 31/12/2022

- Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia assinou o 6º aditivo contratual com o seu principal fornecedor de ácido sulfúrico. Neste aditivo está apresentado o detalhamento da posição dos valores adiantados, no montante de R\$ 31.273, assim como o cronograma para entrega de 70.500 toneladas até o final do exercício de 2023. Durante o mês de janeiro e fevereiro de 2023, a Companhia recebeu, deste fornecedor, 6.000 toneladas de material secundário, equivalentes a R\$ 3.635, compensados com o saldo de adiantamentos evidenciados na Nota Explicativa no 7. Em 16 de fevereiro de 2023, o referido fornecedor divulgou, através de Fato Relevante, que protocolizou o Plano de Recuperação Judicial, nos autos do respectivo processo.
- A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.
- Em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia assinou, com um de seus clientes, Termo de Acordo, Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, considerando os recebíveis em 31 de janeiro de 2023, no valor de R\$ 15.624, a ser liquidado, mensalmente, conforme cronograma contratual, até 31 de julho de 2023. Os valores serão corrigidos com 1% de juros, ao mês, até 31 de janeiro de 2023 e, a partir de 01 de fevereiro de 2023, os valores serão remunerados com 1,75% de juros, ao mês. O débito total, reconhecido contratualmente, considerando o juros remuneratório, é de R\$ 16.703. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contas a receber, com esse cliente, no montante de R\$ 23.840. Em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu a primeira parcela da Confissão de Dívida, no montante de R\$ 2.789.
- Com relação à Cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho (Nota Explicativa nº17 (i)), no dia 1º de março de 2023, foi dado provimento, à unanimidade, ao Recurso de Revista interposto pela Companhia, nos autos da ação de cumprimento, em referência para acolher a tese de existência de coisa julgada material, afastando a condenação na sua integralidade. Contra essa decisão, o Sindicato poderá interpor embargos.

2.7 Destinação de resultados

Forma de cálculo prevista em Estatuto Social

Dividendos aos acionistas não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento), respeitando o artigo 31 do Estatuto Social, que informa que ao fim de cada exercício social, do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, e a administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observados os seguintes preceitos, nesta ordem:

- i) 5% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- ii) quando for o caso, as importâncias necessárias e as admitidas para as reservas de que tratam, respectivamente, os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.;
- iii) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das S.A. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do Estatuto Social, e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral;
- iv) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, não podendo exceder o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e
- v) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, não podendo exceder o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio intermediários

Em 16 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$ 83.651 (valor por ação (em reais) de R\$ 2,88), com base nas reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Na mesma data supracitada, o Conselho de Administração também aprovou a distribuição de "JCP" no valor bruto de R\$ 43.349 (valor líquido de R\$ 36.847), com base nas reservas de lucros existentes no último balanço anual. O valor bruto, por ação, (em reais) é de R\$ 1,49.

2.7 Destinação de resultados

Demonstração da destinação do resultado nos últimos 3 exercícios

Exercício findo em 31/12/2022:

Lucro líquido do exercício	68.355
Constituição da reserva legal	(3.418)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(40.044)
Lucro ajustado I (A)	24.893
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	6.223
Dividendo adicional proposto (C)	8.777
Dividendo a distribuir (D) = (B) + (C)	15.000
Lucro ajustado II (E) = (A) - (D)	9.893
Reserva para aumento de capital (90%)	8.904
Reserva especial para dividendos (10%)	989

Exercício findo em 31/12/2021:

Lucro líquido do exercício	276.598
Constituição da reserva legal	(10.802)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(86.467)
Lucro ajustado I (A)	179.329
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	44.832
(-) JCP bruto já distribuídos no exercício (C)	34.930
IR sobre JCP pago	(4.833)
(-) JCP líquido já distribuídos no exercício (D)	30.097
Dividendo mínimo já distribuído no exercício (E)	3.746
Dividendo mínimo obrigatório ainda a distribuir (F) = (B) - (D) - (E)	10.989
Lucro ajustado II (A) - (C) - (E) - (F)	129.664
Reserva para aumento de capital (90%)	116.698
Reserva especial para dividendos (10%)	12.966

2.7 Destinação de resultados

Exercício findo em 31/12/2020:

Lucro líquido do exercício	184.422
Constituição da reserva legal	(9.221)
Constituição das reservas de incentivos fiscais	(59.407)
Lucro ajustado I (A)	115.794
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B)	28.948
(-) JCP bruto já distribuídos no exercício de 2020 (C)	21.573
IR sobre JCP pago (15%)	(3.236)
(-) JCP líquido já distribuídos no exercício de 2020 (D)	18.337
Dividendo mínimo obrigatório ainda a distribuir (E) = (B) - (D)	10.611
Lucro ajustado II (A) - (C) - (E)	83.610
Reserva para aumento de capital (90%)	75.249
Reserva especial para dividendos (10%)	8.361

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

Não é prática da Companhia a divulgação do seu plano de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Suprimento de ácido

No dia 5 de novembro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu principal fornecedor de ácido sulfúrico, material secundário fundamental para seu processo produtivo, iria reduzir temporariamente o fornecimento do referido produto. Como consequência, a Administração vem, desde então, efetuando compras do produto no mercado internacional e com outros fornecedores locais, com o objetivo de atender a demanda. Essas ações impactaram em um incremento no custo de produção, por tonelada, no quarto trimestre de 2021 de, aproximadamente, 45%. O aumento no custo foi contraposto pela alta demanda no período em questão e por conta do aumento do preço de venda do produto final da Companhia em 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o suprimento de ácido sulfúrico, pelo principal fornecedor, apresentou uma redução quando comparado com a quantidade recebida no exercício anterior. A capacidade de fornecimento do referido fornecedor não foi suficiente para suprir a demanda produtiva da Companhia, que precisou manter compras do ácido sulfúrico de fontes alternativas no mercado nacional e internacional.

Em 2022, o preço desse material sofreu redução, quando comparado ao exercício anterior. Este produto tem seu preço intimamente ligado ao preço do enxofre, que sofreu forte queda nos últimos meses. Apesar da redução do preço do ácido em 2022, as fontes alternativas oferecem um custo de aquisição superior ao preço contratual praticado com o principal fornecedor da Companhia. Esse aumento no custo de aquisição do ácido sulfúrico é impactado por diversos fatores, dos quais podemos indicar como principais: (i) precificação do produto no mercado de curto prazo (à vista) e; (ii) incremento no custo de frete (o principal fornecedor da Companhia está localizado no mesmo município desta, as compras com fontes alternativas podem ser efetuadas de outras regiões do Brasil e/ou de outros países). Como consequência, em 2022, quando comparado com 2021, estima-se um aumento de 21% dos custos de produção, por tonelada, relacionado às compras de ácido sulfúrico, com fontes alternativas.

A Companhia vem acompanhando de perto o plano de retomada operacional do seu principal fornecedor de ácido sulfúrico. Adicionalmente, a Administração da Companhia adotou medidas emergenciais de maneira a garantir o suprimento do produto no curto e longo prazos, como: (i) efetuou adiantamentos de recursos para o seu principal fornecedor, através de aditivos contratuais, no montante total, em 2022, de R\$ 46.791, com o objetivo de auxiliar no plano de retomada operacional; (ii) regularizando, em 2022, as importações recorrentes de ácido sulfúrico obtendo assim preços mais baixos por não se tratar mais de compras *spot* e; (iii) buscas no mercado local de possíveis fornecedores dessa matéria-prima.

No dia 30 de novembro de 2022, o referido fornecedor divulgou, em fato relevante, pedido de Recuperação Judicial. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão para perda do saldo de adiantamento para o seu principal fornecedor, no montante de R\$ 13.001.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

De acordo com os termos do Artigo 21 da Instrução CVM 80/22, a Companhia opta por não divulgar suas projeções e estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções

De acordo com os termos do Artigo 21 da Instrução CVM 80/22, a Companhia opta por não divulgar suas projeções e estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Divulgada no item 5.1 Gerenciamento de Riscos e Riscos de Mercado.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Divulgada no item 5.1 Gerenciamento de Riscos e Riscos de Mercado.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Divulgada no item 5.1 Gerenciamento de Riscos e Riscos de Mercado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contingências trabalhistas	8.020	7.087
Contingências tributárias	708	794
Contingências cíveis	42	40
	<u>8.770</u>	<u>7.921</u>
Depósitos judiciais relacionados às provisões	(1.557)	(1.564)

A movimentação do saldo das provisões para contingências está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.			
	Contingências trabalhistas (i)	Contingências tributárias	Contingências cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	6.532	-	-	6.532
Adições/atualizações	2.508	975	206	3.689
Pagamentos	(1.231)	(181)	(166)	(1.578)
Baixas	(722)	-	-	(722)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>7.087</u>	<u>794</u>	<u>40</u>	<u>7.921</u>
Adições/atualizações	1.935	47	2	1.984
Pagamentos	(635)	(129)	-	(764)
Baixas	(367)	(4)	-	(371)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>8.020</u>	<u>708</u>	<u>42</u>	<u>8.770</u>

- (i) Os processos de natureza trabalhista consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes de trabalho e responsabilidade subsidiária. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas que julga prováveis, consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei.

Depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências

A movimentação do saldo dos depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências, está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.574
Adições	297
Baixas	(381)
Atualização monetária	74
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.564</u>
Adições	311
Baixas por recebimento	(170)
Baixas por reversão	(194)
Atualização monetária	46
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.557</u>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia possui, além dos valores provisionados, um total estimado atualizado de R\$ 141.537 (R\$ 103.918 em 31 de dezembro de 2021) em processos fiscais, R\$ 27.359 (R\$ 3.364 em 31 de dezembro de 2021) em processos cíveis e R\$ 12.845 (R\$ 13.043 em 31 de dezembro de 2021) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. As principais causas com probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

(i) *Cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho*

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a cláusula quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari - BA, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990. O TST declarou inválida a cláusula quarta.

Em 14 de maio de 2015, o STF reestabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/1990, o Sindicato Patronal, em agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra essa decisão que se encontra aguardando julgamento.

O Sindicato dos Trabalhadores ajuizou ação de cumprimento contra a Companhia perante a 2ª Vara do Trabalho de Camaçari - BA, que foi julgada parcialmente procedente determinando o pagamento aos substituídos, cujos contratos de trabalho estavam ativos após o mês de março de 1990, das diferenças salariais atinentes aos reajustes salariais mensais previstos na cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, correspondentes a 90% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou índice substituto apurado no mês anterior, e sua repercussão em outras parcelas salariais. A referida decisão determinou a limitação dos reajustes deferidos à data-base subsequente, nos termos da Orientação Jurisprudencial 262 do TST. Contra essa decisão que deferiu os reajustes, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que manteve a decisão de primeira instância, parcialmente favorável ao Sindicato dos Trabalhadores.

A Companhia apresentou recurso ao TST. O julgamento do agravo ocorreu em 30 de setembro de 2021, oportunidade em que, por unanimidade, foi dado provimento ao agravo para possibilitar o julgamento do recurso de revista, o qual encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento.

Apesar de a Companhia possuir decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva semelhante movida anteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores, considerando o estágio atual desse processo, os assessores jurídicos classificam como possível o risco de perda referente a esse processo atualizado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado da causa é de R\$ 2.195 (R\$ 2.051 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia divulgou, em Eventos Subsequentes às demonstrações financeiras, que, com relação a Cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, no dia 1º de março de 2023, foi dado provimento, à unanimidade, ao Recurso de Revista interposto pela Companhia, nos autos da ação de cumprimento, em referência para acolher a tese de existência de coisa julgada material, afastando a condenação na sua integralidade. Contra essa decisão, o Sindicato poderá interpor embargos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(ii) *Auto de infração de ICMS - Ação anulatória PB*

Em 17 de maio de 2012, a 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela, na época, Cristal Mineração, para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante atualizado de R\$ 97.925 (R\$ 51.627 em 31 de dezembro de 2021, valor sem atualização), do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

Os assessores jurídicos da Companhia classificam a probabilidade de perda como possível, tendo em vista que: (i) não incide ICMS sobre a transferência integral de estabelecimento, nos termos dos arts. 3º, VI, da Lei Complementar nº 87/96 e 4º, VI, da Lei estadual nº 6.379/96; (ii) ainda que a transferência não houvesse sido integral, a autuação não mereceria guarida, uma vez que o ICMS não incide sobre negócios de cunho societário, como a transferência de bens para integralização de capital social; e (iii) deveria ser afastada a cobrança do tributo quanto à transmissão de bens do ativo imobilizado, já que não traduz operação de circulação de mercadorias.

(iii) *Mandado de segurança – Ação IPTU*

O mandado de segurança foi impetrado pelo Comitê de Fomento Indústria de Camaçari (COFIC), associação civil que congrega as entidades industriais do Polo Petroquímico de Camaçari - BA, todas elas proprietárias dos imóveis onde estão estabelecidos os seus respectivos parques fabris, o que lhes confere a condição de contribuinte do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Em novembro de 2013, o município de Camaçari editou a Lei nº 1.293/2013, que aprovou a revisão da Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGV) para aplicar o percentual de atualização fixo e uniforme de 286% aos Valores Unitários Padrão (VUP), de todos os terrenos e imóveis de Camaçari a partir de 1º de janeiro de 2014.

O juízo de 1º grau reconheceu as alegadas ofensas aos princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade, do não confisco, da capacidade contributiva, da isonomia tributária e da legalidade, bem como a ofensa ao próprio Código Tributário Municipal de Camaçari, e determinou a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes às cobranças do IPTU, efetuadas contra as entidades associadas ao COFIC. O município de Camaçari interpôs o Agravo de Instrumento, em sede do qual foi proferida decisão mantendo parcialmente a liminar, no sentido da suspensão da exigibilidade do crédito mediante pagamento da “exação incontroversa, assim compreendida como a quantia exigida no exercício anterior àquele litigado, com observância da correção monetária oficial e da forma de recolhimento prevista para o período.” A partir dessa decisão, as entidades associadas ao COFIC passaram a recolher anualmente o valor do IPTU incontroverso, mantendo-se a suspensão da exigibilidade da parcela controversa, que guardaria relação com a majoração abusiva. Referida decisão liminar foi confirmada em sede do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento e ainda não há trânsito em julgado.

Em outubro de 2017, o COFIC apresentou precedente nos autos relativo à sentença de procedência, tendo sido conclusos os autos para sentença em setembro de 2018. Considerando que ainda não há decisão de mérito na ação, a probabilidade de perda está classificada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia. No que tange ao valor envolvido na ação, guarda relação com o valor controverso “em aberto” no sistema da Secretaria da Fazenda Municipal, mas com suspensão da exigibilidade pela decisão liminar do agravo. Em 31 de dezembro de 2022, o valor controverso possível de perda alcança o montante de R\$ 18.629.

(iv) *Ação de reintegração de posse*

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Trata-se de ação demarcatória cumulada com restituição de terreno e indenizatória por perdas e danos ajuizada em 2015, com pedido liminar contra a Companhia em trâmite na comarca de Camaçari - BA. A pretensão da parte autora consiste em reaver porção de área, denominada Parque Real Serra Verde, incorporada pela Companhia ao terreno Fazenda Machadinho. Em agosto de 2021, a Companhia apresentou contestação, a qual foi replicada pelo autor em novembro de 2021. Atualmente, a Companhia aguarda pronunciamento judicial para dar seguimento ao processo. Até o presente momento, não houve apreciação da liminar, nem designação de audiência. Uma vez que não ocorreu nenhuma movimentação processual, em 31 de dezembro de 2022, o valor da causa, considerada como possível de perda pelos assessores jurídicos, corresponde a R\$ 23.216.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes está divulgado no tópico 4.4 – Processos não sigilosos relevantes.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Descrição do Gerenciamento de Riscos

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

A atual política de Gerenciamento de riscos da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** (“Tronox Brasil” ou “Companhia”), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (*effective as of August 12, 2019*), tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e orientações para a estratégia de gestão de riscos corporativo da organização, e pode ser visualizada no portal de Relacionamento com os Investidores:

<https://www.tronox-ri.com.br/governanca/estatuto-e-politicas/>

Em relação a esta política, a organização estabelece normativa atrelada as melhores práticas de mercado padronizadas pelo COSO ERM, IBGC e legislações vigentes.

Adicionalmente, o acionista-controlador **Tronox Holdings Plc** (“Tronox”), possui uma estrutura global para Gerenciamento de Riscos a nível de entidade (aplicável Tronox e todas as suas subsidiárias), a qual detalharemos no subitem “iii” da seção “b” abaixo:

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de estabelecer um processo robusto de gestão de riscos corporativos que envolva os principais *stakeholders* a fim identificar, avaliar e priorizar, tempestivamente, os riscos prioritários (*High-level Risks*), implementar métodos de monitoramento e estratégias de mitigação a estes riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estabelecidos pela Companhia, buscando reduzir os níveis de exposição a perdas.

Também, visa assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão (Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Diretoria) tenham acesso tempestivo às informações quanto aos riscos dos quais a Companhia está exposta, aumentando a probabilidade de alcançar seus objetivos e reduzir os riscos a níveis aceitáveis.

Busca também preservar o patrimônio tangível e intangível dos acionistas, a segurança das pessoas e a integridade do meio ambiente e comunidades, por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão, bem como do tratamento adequado dos riscos e impactos negativos decorrentes de sua materialização.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A partir dos resultados obtidos da análise e avaliação dos riscos, considerando os respectivos impactos ao negócio e a sua probabilidade de materialização, a Companhia desenvolve o seu Plano Anual de Auditoria e aprimora seu ambiente de controles e processos internos.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Na Tronox Brasil, os riscos inerentes foram mapeados pela entidade local sendo avaliados de forma contínua de modo a revisitar os impactos e probabilidades de ocorrência na Companhia, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos.

A Tronox Brasil tem o seu negócio influenciado por algumas variáveis que possibilitam fatores de risco serem mapeados e monitorados pela organização, conforme riscos descritos abaixo:

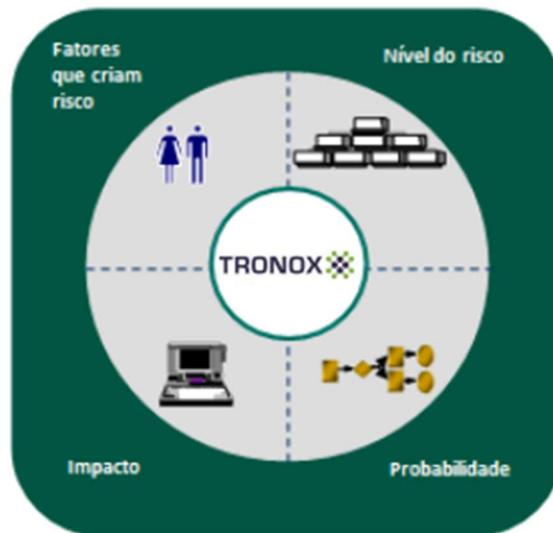
- Exposição a flutuações da taxa cambial que, por uma desvalorização da moeda brasileira (Real) devido a situações macroeconômicas, pode ocasionar um aumento no custo das matérias-primas cotadas em dólar, impactar diretamente a Receita da entidade (todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense), bem como a logística rodoviária e portuária, com potencial impacto na competição com os produtos concorrentes de mercados externos, como os chineses, por exemplo.
- Elevada carga tributária nacional agregada ao gerenciamento da burocracia fiscal destes tributos, bem como os crescentes custos de transação e adequação às normas ambientais do Estado decorrentes do processo de licenciamento ambiental de produção, também concorre para impactar os custos de produção e, conseqüentemente, o seu resultado.
- Os empregados da empresa são representados por sindicato com forte representação no segmento químico e petroquímico. Os acordos coletivos da categoria estão sujeitos à renegociação anual. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas com pessoal, incluindo encargos sociais, representam parte expressiva do custo e uma subida acima dos índices inflacionários poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre o negócio.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- A empresa pode ser ainda prejudicada se enfrentar greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus empregados decorrentes de negociações, ou litígios envolvendo pagamento de verbas trabalhistas.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Uma análise de risco deve considerar as pessoas, estrutura organizacional, atividades atuais e sistemas de informação que norteiam e suportam todo o processo da entidade. Ou seja, deve-se possuir uma visão holística de todo o processo.



A área de Auditoria Interna avalia regularmente todos os riscos inerentes e mapeados para a Tronox Brasil de modo a analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência na organização, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos. Para análise, foram definidas em reunião com o Conselho de Administração qual o nível de impacto e probabilidade a ser considerado, estabelecendo regras internas para definição da proporção na classificação de níveis 'alto', 'médio' e 'baixo' que seria aplicado, respeitando os seguintes critérios:

Nível do risco	Descrição do nível de risco
Riscos Altos	Riscos com maior priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com maior urgência, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos Médios	Riscos com média priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com atenção, acompanhados mensalmente para avaliar qualquer mudança no nível de risco e priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos Baixos	Riscos com menor priorização no plano estratégico e de ação da companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com menor nível de investimento, porém devem ser acompanhados mensalmente de modo a avaliar qualquer mudança de nível de risco, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.

Para os riscos avaliados pela Tronox Brasil, são aplicadas tipologias para a sua identificação e melhor detalhamento do status atual de modo a possibilitar uma melhor estrutura para tomada de decisão. Para isso, a entidade trabalha com uma matriz de riscos que permita identificação dos respectivos aspectos de riscos: grau de materialização do impacto do risco, tipo do risco e causa raiz.

1. Grau de Materialização do impacto do risco: No intuito de avaliar e estratificar o nível de materialização possível do impacto do risco, estabelece os respectivos critérios:

Materialização	Descrição do nível de materialização
Descoberto	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante da estrutura da Companhia sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Materializado	Risco em que sua materialização ocorreu diante da estrutura da Companhia sem um procedimento adequado para mitigá-lo.
Pervasivo	Riscos cujo impacto pode ser disseminado em diferentes áreas e estruturas da companhia sem um valor claro a ser quantificado para o seu impacto.
Não aplicável	Riscos nos quais diante da sua ocorrência e/ou existência de estrutura adequada não foram quantificados valores para definição do seu impacto.

2. Tipologia do risco: No intuito de avaliar e estratificar o tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo de risco	Descrição do tipo de risco
Riscos Estratégicos	Riscos referentes a questões estratégicas ao negócio decorrentes dos pontos fracos ou fortes que a Companhia possui para conviver com ameaças ou oportunidades do mercado.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de Compliance (Regulatório)	Riscos referentes ao não cumprimento de questões regulatórias a exemplo de áreas como ambientais, segurança do trabalho e saúde ocupacional, legislação trabalhista, fiscal etc.
Riscos Financeiros	Riscos referentes à perda financeira sobre controles internos não aplicados pela empresa.
Risco Operacional	Riscos que possibilitem que as rotinas aplicadas ao cotidiano da Companhia não sejam bem-sucedidas ou realizadas com retrabalho.
Riscos para Demonstração Financeira	Riscos que provoquem registros incorretos das demonstrações financeiras da companhia, impossibilitando uma divulgação das informações com a devida transparência necessária.

3. **Causa raiz:** No intuito de avaliar e estratificar a causa raiz do tipo do risco mapeado, estabelece os respectivos critérios:

Tipo da causa	Descrição do Tipo da causa raiz
Processo	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante de um desenho do processo com ausência de ações que o mitigue.
Tecnologia	Risco em que sua materialização pode ocorrer diante da ausência de ferramentas ou parâmetros de tecnologia que o mitigue.
Organizacional	Risco onde sua materialização pode ocorrer diante da ausência de uma estrutura organizacional que estabeleça diretrizes culturais ou de perfis profissionais que o mitigue.
Treinamento	Risco em que sua materialização pode ocorrer diante da falta de treinamento dos seus colaboradores para o desempenho de ações que o mitigue.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** (“Tronox Brasil” ou “Companhia”), uma empresa da Tronox Holdings Plc, assume um papel ativo e prático na função de supervisão de riscos da Companhia como um todo. O Conselho enxerga sua principal função em definir o correto *“tone at the top”* e promover uma governança forte em todos os níveis da Companhia. Os Controles de gestão são a primeira linha de defesa para identificar e mitigar, não apenas os riscos comerciais e riscos financeiros, mas a ampla gama de riscos ambientais e de sustentabilidade que podem inviabilizar uma empresa como a Tronox Brasil.

O processo de Gerenciamento de Riscos da Tronox Brasil se baseia na estrutura definida pelo seu acionista-controlador, Tronox Holdings Plc, o qual dispõe em sua estrutura um Comitê Global de Riscos (*Global Risk Committee*), composto por Líderes Seniores da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia, com objetivo de apoiar o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração (“Comitê de Auditoria”), em assegurar que os riscos significativos e prioritários para a Tronox e suas subsidiárias estejam identificados e sendo gerenciados continuamente e, assim, reforçando a proteção dos ativos da Companhia e aumentando o valor para os acionistas.

Todo o nosso conselho supervisiona o vice-presidente de auditoria interna no gerenciamento do processo de ERM (*Enterprise Risk Management*). No início de processo, cada um dos membros do nosso Conselho é convidado a se reunir com os *Co-CEOs*, *CFO*, *General Counsel* e Vice-Presidente de Auditoria Interna para discutir os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta, bem como, a eficácia dos planos de mitigação definidos para endereçar estes riscos. O feedback de nosso corpo diretivo (*Senior Management*) é usado para auxiliar na identificação dos principais riscos e melhorar a eficácia das atividades/ controles de mitigação.

Após a conclusão do processo de ERM, o Vice-Presidente de Auditoria Interna e outros principais responsáveis pelo risco (*Risk Owners*) apresentam os resultados da análise para toda a diretoria normalmente no início do ano-fiscal. Uma discussão mais aprofundada sobre os principais riscos pode ser liderada pelo “proprietário do risco” principal como parte das discussões de gerenciamento de riscos do Conselho.

Responsabilidades Gerais do Comitê de Riscos

O Comitê de Riscos tem a responsabilidade de identificar e coordenar, a nível de entidade, os riscos significativos e garantir que estes estejam sendo gerenciados pela unidade de negócios relacionada e/ ou pela unidade de serviços corporativos da organização.

O Comitê de Riscos apoia o Comitê de Auditoria da Companhia na supervisão do gerenciamento de riscos corporativos e os auxilia a:

- Identificar, Avaliar e Monitorar os riscos do negócio que a Companhia está exposta;
- Estabelecer uma estrutura necessária de gerenciamento de riscos, com funções e responsabilidades identificadas, capazes de endereçar, monitorar e mitigar os riscos relevantes;
- Discussão do Apetite e Tolerância a Riscos da Companhia.

O Comitê de Riscos pode direcionar à grupos internos da Companhia e/ ou contratar consultores externos para auxiliar o Comitê no desempenho de suas responsabilidades.

O Comitê reportará (por meio previamente definido) e representará ao Comitê de Auditoria da Companhia referente ao status atual do programa de Gerenciamento de Riscos, prioridades, riscos emergentes e outros itens.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Autoridade

O Comitê tem plenos poderes e autoridade para conduzir ou autorizar qualquer atividade necessária para cumprir com êxito o objetivo do Comitê e tratar de assuntos dentro de seu escopo de responsabilidade, além de ter acesso confidencial a assessores jurídicos, contábeis, técnicos e outros para promover o desempenho de suas responsabilidades.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em alinhamento com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, a Tronox Brasil possui a área de Auditoria Interna que avalia, durante as etapas de Certificação SOx (*Sarbanes-Oxley*), o ambiente de controles ao nível de entidade com objetivo de assegurar que a estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da Gestão de Riscos da Companhia. O foco desta avaliação visa fornecer segurança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Auditoria Interna também atua na verificação do cumprimento das diretrizes e regras dos documentos normativos da empresa, como as Políticas Corporativas.

Descrição do Gerenciamento de Riscos de Mercado

Dentro do cenário industrial de risco em que atuamos no Brasil, a política de gerenciamento de nossas operações envolve ações de planejamento dos volumes dos diversos produtos direcionados ao mix “cliente-segmento-localização”, tanto de curto como de longo prazo, e, ainda, análises frente às oportunidades de exportação, buscando otimizar a alocação de volume ao melhor mix de preços e margem possível, dentro de uma política estratégica sustentável de longo prazo.

Além disto, existe um pequeno número de clientes, líderes nos setores em que atuam e com consumo expressivo, aos quais dedicamos uma parcela de nossa produção dentro de um critério de *baseload** - alguns destes, inclusive, com contratos internacionais com a Companhia.

*BASELOAD: Cliente de grande porte que, sob contrato ou não, adquire volumes razoavelmente importantes e de forma constante – o produtor, por sua vez, ganha em previsibilidade, com benefícios para a manufatura e caixa da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Administração da **Tronox Pigmentos do Brasil S/A** (“Tronox Brasil” ou “Companhia”), é responsável por avaliar os riscos que possam impactar suas demonstrações financeiras e estabelecer e manter uma estrutura de controles internos adequados a fim de mitigá-los, com base nos critérios estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

A Estrutura de Controles Internos sobre relatórios financeiros é um projeto elaborado sob a supervisão dos principais executivos da Alta Administração para fornecer garantia razoável sobre confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração de demonstrações financeiras para fins externos, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e leis aplicáveis.

Em 2020, após a conclusão da aquisição da Companhia pelo acionista-controlador, Tronox Holdings Plc, foi executado um programa de desenho e implementação de controles internos sobre relatórios financeiros, baseado nos requerimentos da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“Programa SOX”), visando prevenir, detectar e corrigir qualquer potencial desconformidade relacionada às informações financeiras da Companhia. O Programa SOX foi implementado dentro de um escopo e contexto de obrigações do acionista controlador. A adoção desse programa, embora não requerida para fins de emissão da opinião de auditoria sobre as práticas contábeis brasileiras e internacionais, foi uma conquista importante para garantir maior confiabilidade às demonstrações financeiras da Companhia.

Anualmente, a Administração avalia a efetividade dos seus controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de testes independentes durante as etapas do Programa SOX, a fim de assegurar o correto desenho e funcionamento dos controles da Companhia. Ao realizar esta avaliação, a administração utilizou os critérios do *Internal Control-Integrated Framework (2013)*, estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

Os controles e procedimentos de divulgação da Companhia são projetados para garantir que as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras que ela emite ou arquiva sejam registradas, processadas, e reportadas, no prazo especificado nas regras e formulários da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e que tais informações sejam coletadas e comunicadas à Administração da Tronox Brasil, incluindo a Diretoria Financeira da Companhia, ou outra pessoa que desempenhe funções semelhantes, conforme apropriado para permitir decisões oportunas sobre a divulgação necessária.

Todas as deficiências identificadas pelas áreas de negócio, Auditoria Interna, Compliance e/ou pela Auditoria Externa, são consolidadas e classificadas quanto à sua materialidade. As deficiências de maior severidade, considerando aquelas com possibilidade razoável de

5.2 Descrição dos controles internos

permitir que um erro material nas demonstrações financeiras não seja prevenido ou detectado em tempo hábil, ou ainda aquelas classificadas como relevantes, embora não associadas a possibilidade de erros materiais, são apresentadas à Administração.

Nossos controles internos sobre relatórios financeiros incluem aquelas políticas e procedimentos que:

- dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, reflitam com precisão e justiça as transações e disposições dos ativos da Companhia;
- fornecem garantia razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que nossos recebimentos e despesas estão sendo feitos apenas de acordo com as autorizações da administração e diretores da Companhia; e
- fornecem garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição não autorizada, uso ou disposição de nossos ativos que possam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

No encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e seus Auditores Independentes, tomando por base testes executados durante todo o período, avaliaram a eficácia dos seus controles internos sobre os relatórios financeiros onde foram identificadas duas deficiências significativas (em individual ou a combinação destas) que estão destacadas no item “d” desta seção.

Os comentários da Administração e as ações que destacam as medidas tomadas para a remediação destas deficiências, se aplicáveis, estão destacadas no item “e”.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui em sua estrutura organizacional a área de Auditoria Interna composta por uma liderança local, a qual tem reporte funcional para a Vice-presidência de Auditoria Interna do acionista-controlador (Tronox Holdings Plc), e reporte administrativo para a Diretoria Financeira (*Controller*) da Tronox Brasil.

A Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, é responsável por realizar uma avaliação independente do desenho e efetividade dos controles internos da Companhia. Esta avaliação tem como principal objetivo fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras, além de recomendar melhorias e acompanhar os planos de ação para fortalecer o ambiente de controles da organização para fins de mitigação de riscos. Dentre suas responsabilidades, a Auditoria Interna assessora e relata fatos relevantes a Administração, além de analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas da Companhia.

Todos os controles internos da Companhia e processos relevantes são submetidos às análises de desenho e eficácia. O critério de relevância é definido por materialidade e pelo processo de gestão de riscos que utiliza a metodologia COSO 2013. Os controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

são executados pelos gestores das áreas de negócios e de apoio, intitulados “*control owners*”, daqueles processos que fazem parte do escopo de trabalho. Estes gestores também são responsáveis pela execução eficaz dos controles internos a eles designados.

O resultado da avaliação quanto à efetividade dos controles internos por meio de testes independentes realizados pela Auditoria Interna, são reportados a Alta Administração.

c. **Se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer, manter e promover a revisão de um ambiente de controles internos adequados, em particular, sobre as demonstrações financeiras. A avaliação da eficácia do desenho e operação dos controles internos relacionadas à elaboração das demonstrações financeiras ocorre sob a supervisão, e com a participação da Administração da Tronox Brasil.

A Auditoria Interna possui em seu cronograma anual de atividades etapas para realização de testes de controles independentes a fim de validar e assegurar que as informações concedidas pelas respectivas áreas internas estão íntegras e completas.

Adicionalmente, a Diretoria Financeira principal (*CFO*) do acionista-controlador e os *Controllers* das unidades de negócio (*subsidiárias*) interagem ainda com as áreas de Auditoria Interna e o Compliance, com o propósito de capturar eventuais ocorrências que possam impactar as demonstrações financeiras.

Ao final do ciclo, os executivos responsáveis pelos processos de todas as áreas de negócio e suporte da Companhia, mapeadas nos controles e testes de adequação à SOx, são comunicados formalmente de eventuais deficiências significativas e/ou fraquezas materiais, bem como o respectivo plano de mitigação das deficiências identificadas.

d. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da *Tronox Pigmentos do Brasil S.A.* relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nosso auditor independente KPMG Auditores Independentes Ltda, nos termos da regulamentação emitida pela CVM, identificou as seguintes duas deficiências significativas em seu relatório de controles internos:

1 **Fragilidade no monitoramento e controle de contingências**

Situação observada

Identificadas inconsistências nos registros contábeis quando comparados aos controles auxiliares de contingências, as quais estão detalhadas abaixo:

5.2 Descrição dos controles internos

a. Falta de conciliação entre as respostas de circularização dos advogados x controle auxiliar de contingências

Após análise das respostas de circularização dos advogados e confronto com o controle auxiliar de contingências, foi identificada uma diferença no montante de R\$ 520 mil referente às causas prováveis. A Administração manteve registrados na contabilidade processos classificados como risco de perda provável, porém, já encerrados.

Foi recomendado pelos Auditores a atualização do controle auxiliar de contingências para refletir a posição atual dos processos judiciais, bem como a realização da reversão dos valores dos referidos processos.

b. Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.292 mil, referente a um processo que é um mandado de segurança, cujo objetivo é afastar a proibição de compensações das estimativas de IRPJ/CSLL instaurada pelo art. 74, § 3º, inciso IX da Lei 9.430/1996 (introduzido pelo art. 6º da Lei 13.670/2018), além disso, a Companhia realizou depósitos judiciais vinculados a esse processo. Contudo, foi considerado as contas contábeis CSLL Depósito judicial e CSLL a pagar pertencentes à rubrica de Tributos a recolher, logo, apresentando efeito nulo dos valores.

Nesse sentido, os Auditores entenderam que o montante de R\$ 5.292 mil deve ser reclassificado contabilmente para as contas de depósitos judiciais e contingências.

c. Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

Outro processo estava registrado com a natureza incorreta, para o qual depósitos judiciais foram registrados diretamente como um crédito tributário na conta de ICMS a recolher, porém os Auditores entenderam que os valores deveriam ser considerados na conta de depósitos judiciais, levando em consideração a natureza da transação.

d. Atualização e correção monetária dos ajustes de contingências

Foram recalculados os valores de atualização e correção monetária para todos os ajustes identificados referentes aos depósitos judiciais e contingências.

e. Ajuste do valor do Auto de Infração referente às transações com a Tasnee

A Administração entende que o montante do processo referente ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia com relação a um Auto de Infração deve ser pago pelo antigo controlador da Companhia, a Cristal Pigmentos do Brasil S.A ("Grupo Tasnee"). Por isso, a Companhia reconheceu inicialmente um ativo (Outros ativos) contra um passivo (Outros passivos) no montante de R\$ 12.697 mil, sem reconhecer a despesa dessa contingência. Entretanto, o montante atualizado desse processo é de R\$ 3.187 mil. Adicionalmente, ao longo de 2022 foram recebidos R\$ 3.460 mil referente ao processo, que por sua vez, foram depositados em juízo, sem o devido reconhecimento.

Diante desse cenário, foi recomendado pelos Auditores dois ajustes a serem realizados pela Administração para refletir o atual contexto desse processo, conforme segue:

5.2 Descrição dos controles internos

- (i) Reclassificação de contas para correta apresentação dos valores de depósitos judiciais e contingências no valor de R\$ 3.187 mil:
- (ii) Baixa do montante de R\$ 7.490 mil para refletir o valor atualizado do processo sob responsabilidade da Tasnee.
- (iii) Baixa do montante de R\$ 1.428 mil de ativo diferido reconhecido decorrente desse processo sob responsabilidade da Tasnee:

f. Falha no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais

Foi verificado nas análises de contingências que os valores de honorários de êxito informados por um dos advogados não foram considerados no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais e, conseqüentemente, não foram registrados na contabilidade pela Administração. Dessa forma, recomendamos o reconhecimento dos honorários de êxito.

g. Reclassificação dos valores de provisões de honorário de êxito por processos judiciais

Adicionalmente, foi verificado que a Companhia registrou o montante de honorários de êxito na conta contábil de fornecedores, porém, por se tratar de um passivo que é superior a 12 meses, deveria ser registrado como outras obrigações de longo prazo.

Recomendação Geral dos Auditores para esta deficiência

Recomenda-se revisar os controles internos adequados para identificar, avaliar e reconhecer contingências e depósitos judiciais de forma adequada e precisa em suas demonstrações financeiras. Além disso, é importante que a Companhia realize revisões e avaliações regulares de suas contingências e depósitos judiciais para garantir que todas as informações relevantes sejam consideradas e adequadamente reconhecidas em suas demonstrações financeiras. Por fim, recomenda-se o reconhecimento desse saldo de depósito judicial

2 Ausência de evidência de revisão de premissa no cálculo do benefício pós emprego

Situação observada

Foi verificado que a Administração não realizou a revisão da premissa de atualização do custo médico e inflação relacionada, premissa necessária na avaliação da estimativa do benefício pós emprego. A Companhia possui uma política de efetuar uma revisão completa de todas as premissas a cada dois anos. O CPC 33, parágrafo 50, menciona o seguinte:

“58. A entidade deve determinar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido com suficiente regularidade de modo que os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis não diverjam significativamente dos valores que seriam determinados no final do período.

5.2 Descrição dos controles internos

59. Este Pronunciamento encoraja, mas não requer que a entidade envolva atuário habilitado na mensuração de todas as obrigações relevantes de benefícios pós-emprego. Por razões práticas, a entidade pode solicitar a um atuário habilitado que realize uma avaliação detalhada da obrigação antes do final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis. Contudo, os resultados dessa avaliação devem ser atualizados com base em transações relevantes e em outras mudanças significativas nas circunstâncias (incluindo alterações nos valores de mercado e nas taxas de juro) até o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.”

Com isso, durante o processo de auditoria foi identificado que no cálculo do passivo atuarial inicialmente apresentado pela Companhia, não considerava a atualização de premissas relevantes, como por exemplo, custos médicos e sua inflação do período. Posteriormente, a Administração revisou suas estimativas e reconheceu a obrigação complementar e os impactos tributários correspondentes.

Antes dessa revisão do laudo para compor os custos não considerados, a Companhia havia efetuado um ajuste para equalizar os valores apresentados no laudo técnico obtido pelos prestadores de serviço atuarial com a contabilidade.

Adicionalmente, com base nos procedimentos de auditoria dos Auditores foi observado que a Companhia mantinha a política de descontar a valor presente o passivo atuarial com base em taxa interina e que nenhuma análise de sensibilidade ou a efetiva atualização com a taxa em 31 de dezembro era efetivada. Tal deficiência gerou ajuste de auditoria conforme apresentado abaixo:

Natureza	Valor R\$ Mil
D- Passivo atuarial	2.606
C- Outros resultados abrangentes	(2.606)

Recomendação dos Auditores para esta deficiência

Recomendamos que a Administração realize estudos completos, anuais, e se certifiquem, junto ao consultor atuarial, que sejam utilizadas todas as premissas atuarias e que caso a análise atuarial ocorra em data interina, que a administração desenvolva controles para capturar tal situação que o cálculo seja atualizado para a data base das demonstrações financeiras anuais.

As demais deficiências identificadas (deficiências não significativas) foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Abaixo, os Comentários da Administração sobre as deficiências apontadas no item (d):

5.2 Descrição dos controles internos

1 Fragilidade no monitoramento e controle de contingências

(a) Falta de conciliação entre as respostas de circularização dos advogados x controle auxiliar de contingências

A Administração da Companhia, mensalmente, recebe dos assessores jurídicos especializados e terceirizados, o relatório informando a probabilidade de perda e os valores envolvidos em cada contingência. Os saldos contábeis da Companhia são registrados com base nesses relatórios. A Administração da Companhia entende que os valores apresentados são diferenças pontuais e que não apresentam risco de distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração da Companhia irá avaliar a conciliação desta divergência para o exercício de 2023.

(b) Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Administração da Companhia possui todos os controles inerentes aos saldos de depósitos judiciais e contingências. O caso, em específico, refere-se à liquidação de CSLL, via depósito judicial. Uma vez que o valor não é mais devido pela Companhia, a Administração entende que não deve haver passivo em aberto, relacionado a este assunto. Sendo assim, de maneira a facilitar o entendimento do leitor, os saldos estão sendo apresentados líquidos. Vale a pena ressaltar que não existe efeito no resultado do exercício.

(c) Reclassificação de valores à título de depósito judicial e contingência

A Administração da Companhia possui todos os controles inerentes aos saldos de depósitos judiciais e contingências. O caso, em específico, refere-se à liquidação de ICMS, via depósito judicial. Uma vez que o valor não é mais devido pela Companhia, a Administração entende que não deve haver passivo em aberto, relacionado a este assunto. Sendo assim, de maneira a facilitar o entendimento do leitor, os saldos estão sendo apresentados líquidos. Vale a pena ressaltar que não existe efeito no resultado do exercício.

(d) Atualização e correção monetária dos ajustes de contingências

A Administração da Companhia efetua, mensalmente, a correção monetária dos depósitos judiciais vinculados as causas cíveis e trabalhistas. Com relação aos depósitos judiciais vinculados a causas fiscais, a Administração da Companhia entende que, uma vez liquidado judicialmente o passivo, não existe nenhuma exposição ou atualização para os saldos ativos e passivos. Vale a pena ressaltar que não existe efeito no resultado do exercício.

(e) Ajuste do valor do Auto de Infração referente às transações com a Tasnee

Em dezembro de 2021, foi lavrado auto de infração fiscal, no âmbito federal, referente aos exercícios de 2017 e 2018. Em 21 de fevereiro de 2017, foi assinado o Acordo de Transação, referente à transferência de controle societário, entre o antigo controlador Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (“Grupo Tasnee”) e a Companhia. Nesse acordo, o Grupo Tasnee é obrigado a ressarcir a Companhia com relação a autuações fiscais ocorridas antes da assinatura do referido acordo. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu um saldo ativo e um saldo passivo, no mesmo montante (R\$ 11.269).

5.2 Descrição dos controles internos

A Administração da Companhia entende que a referida operação tem que ser analisada em conjunto, considerando os montantes ativos e passivos, de maneira que a Companhia, com base nos acordos legais firmados, não incorra em lucro ou prejuízo com esta transação.

(f) Falha no controle auxiliar de provisões de honorário de êxito por processos judiciais

A Administração da Companhia entende que os valores apresentados são diferenças pontuais e que não apresentam risco de distorções relevantes em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração da Companhia irá avaliar a contabilização destes valores, para o exercício de 2023.

(g) Reclassificação dos valores de provisões de honorário de êxito por processos judiciais

Devido ao fato da imprevisibilidade das datas de julgamentos judiciais, por conservadorismo, a Administração da Companhia classificou os montantes no curto prazo. Para o exercício de 2023, a Administração irá avaliar a reclassificação dos montantes para o longo prazo.

2 Ausência de evidência de revisão de premissa no cálculo do benefício pós emprego

A Administração da Companhia contrata, anualmente, empresa terceirizada especializada para revisão do passivo atuarial contabilizado. O valor do passivo atuarial é registrado com base no laudo atuarial emitido pelo especialista. Vale a pena ressaltar que todas as premissas utilizadas no cálculo estão fundamentadas no laudo atuarial, disponibilizado pelo especialista contratado. Todas as premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial são devidamente revisadas pela Administração.

Vale a pena ressaltar que, ao contrário do que está sendo apresentado, a Companhia sempre considera a atualização de premissas relevantes, como por exemplo, custos médicos e sua inflação do período. Com relação aos custos médicos, vale a pena ressaltar que, em 2022, verificou-se um aumento significativo destes e, conseqüentemente, os custos médicos inicialmente considerados no cálculo tiveram que ser atualizados para refletir a realidade do período. Ressaltamos, ainda, que todos os valores atualizados foram devidamente ajustados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Para o exercício de 2023, a Administração da Companhia irá efetuar o estudo completo "Full-valuation" bem como irá avaliar a utilização da taxa de 31 de dezembro no cálculo do passivo atuarial.

Ademais, as deficiências significativas relatadas, destacadas no item (d), não resultaram em distorções nas demonstrações contábeis da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 10 de março de 2023, sem ressalvas.

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui uma estrutura de Programa de Compliance que abarca os seguintes pontos de gerenciamento:

- Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial estabelece os padrões de como conduzimos nossos negócios com o mais alto comportamento ético. O Código de Ética e Conduta Empresarial é devidamente divulgado através de Site Institucional, treinamentos, cópias físicas disponíveis nas unidades da companhia, servidor de rede etc.
- A Tronox mantém um acervo de políticas globais que estabelece em detalhes nossas regras, políticas e procedimentos em uma ampla gama de tópicos com o objetivo de ajudar nossos funcionários a administrar o negócio de maneira consistente com nossos valores e o Código de Conduta da Tronox.

A Tronox formaliza e divulga no site de Relações com Investidores as respectivas políticas de conduta abaixo:

- ✓ Código de Conduta
- ✓ Política de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente
- ✓ Política de Remuneração do Conselho e Diretoria
- ✓ Política de Negociação de Valores Mobiliários
- ✓ Política de Transações com partes relacionadas
- ✓ Política de Divulgação das informações
- ✓ Política de Gerenciamento de Risco
- ✓ Estatuto Social
- A Tronox realiza o acompanhamento tempestivo de todos os fornecedores e clientes através da realização de Background check global, visando identificar possíveis Red Flags incluindo regimes de sanções econômicas e controles de exportação e importação, que proíbem ou restringem negociações com determinados países, regiões e partes (incluindo empresas e indivíduos). A Tronox também opta por restringir as negociações em certas jurisdições com base em fatores como risco de corrupção, risco à propriedade intelectual, dano potencial à reputação de nossa marca, falta de justiça e transparência dos processos legais locais.
- A Tronox investe em Treinamento e Comunicação voltadas às questões de Compliance, para que cada funcionário entenda os objetivos, as regras e o seu papel para garantir o sucesso do Programa.
- A Tronox mantém Canal de Denúncia Global (Speak up) e independente que permite o reporte de denúncias de forma anônima e sem retaliação, investigações internas, para atender às denúncias de comportamentos ilícitos ou antiéticos, bem como canal de ouvidoria local, para atendimento de demandas da comunidade, devidamente divulgado através de site institucional, treinamentos internos e quadros de visualização divulgados nos sites.

5.4 Alterações significativas

A administração da Companhia não identificou alterações em seu ambiente de controles internos durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2022 que tenham afetado materialmente, ou que tenham probabilidade de afetar materialmente, seus controles internos sobre relatórios financeiros.

5.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes referente ao gerenciamento de riscos e controles internos às já mencionadas neste formulário.

Adicionalmente, não houve mudanças em nosso controle interno sobre relatórios financeiros durante o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 que tenham afetado materialmente, ou tenham uma probabilidade razoável de afetar, nosso controle interno sobre relatórios financeiros.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Millenium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda.					
02.602.261/0001-07	Brasil	Não	Sim	15/12/2017	
Não					
10.059.122	99,023	10.731.917	56,902	20.791.039	71,647
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe B	3,008,371	46.154	15.951	10.367	
Preferencial Classe A	7,723,546	62.578	40.951	26.616	
OUTROS					
99.276	0,977	8.128.433	43,098	8.227.709	28,353
TOTAL					
10.158.398	35,006	18.860.350	64,994	29.018.748	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	4.926
Quantidade acionistas pessoa jurídica	168
Quantidade investidores institucionais	97

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	99.276	0,977%
Quantidade preferenciais	8.128.433	43,098%
Total	8.227.709	28,353%

Classe de Ação

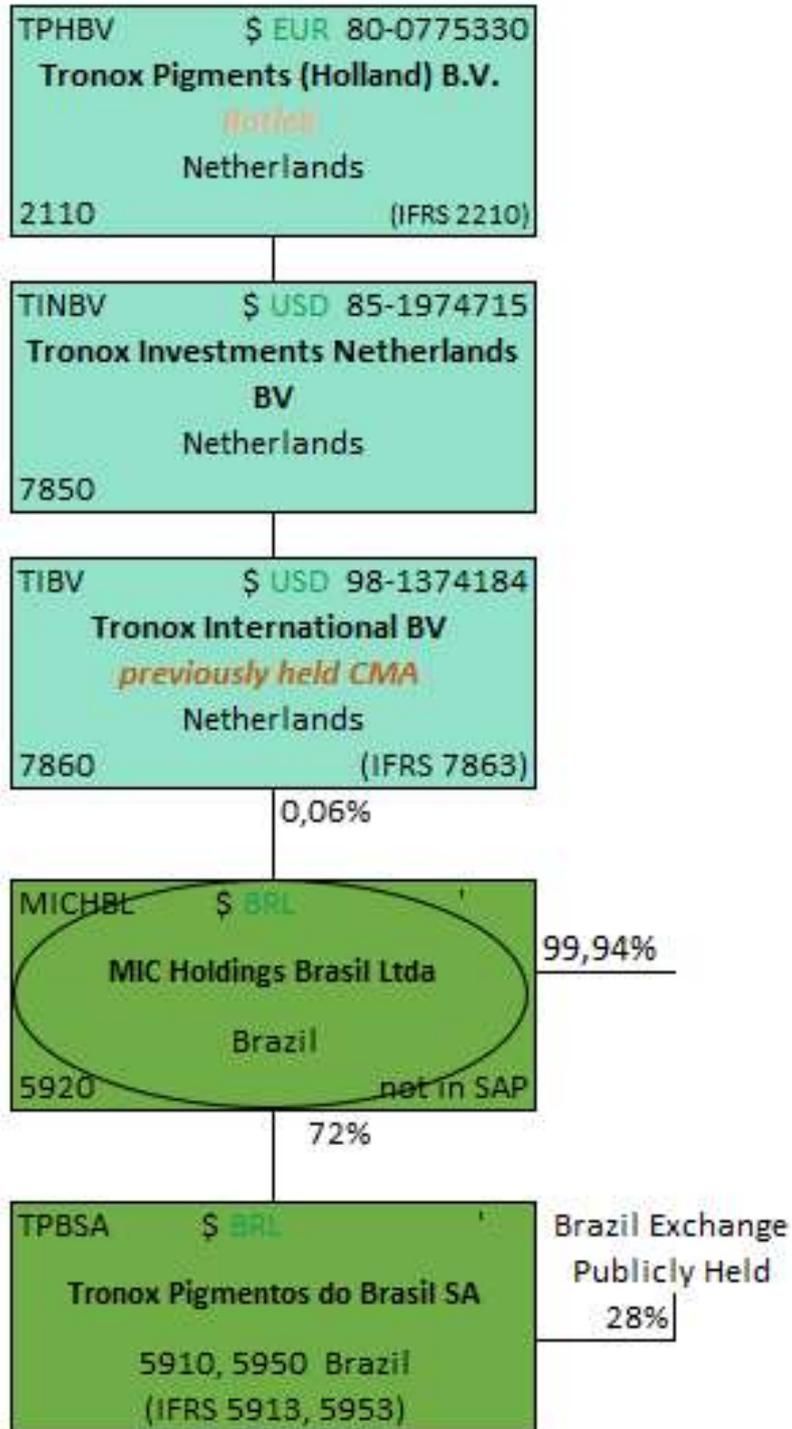
Preferencial Classe A	4.618.692	37,422000%
Preferencial Classe B	3.509.741	53,846000%

6.4 Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui participação em outras sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não se aplica, as informações relevantes referentes a Controle e Grupo Econômico já foram divulgadas neste formulário.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a que concorre	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador?	% participação nas reuniões
Marcelo Passos Doria	17/02/1986	Advogado	014.042.585-31	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	Diretor	Sim	100%
Alejandro Hernan Tochilovsky	21/12/1966	Administrador	404.008.675-91	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	Gerente de Supply Chain	Sim	100%
Roberto Garcia de Souza	15/05/1964	Engenheiro Químico	355.662.565-20	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	Diretor	Sim	100%
Ricardo Antonio Weiss	17/06/1955	Engenheiro Civil	010.673.308-79	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Não	100%
Welhington Lancaster	26/10/1972	Contador	646.078.445-00	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	26/04/2023	Até a AGO de 26/04/2024	N/A	Sim	100%
Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto	24/04/1975	Advogado	275.224.438-06	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Não	100%
Antomar de Oliveira Rios	26/05/1971	Contador	548.246.135-15	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Sim	100%
Marcelo Pereira Fernandes de Barros	06/12/1967	Administrador	441.951.765-49	Conselheiro Fiscal (Suplente)	Conselheiro Fiscal (Suplente)	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Sim	-
Maria Elvira Lopes	18/05/1970	Economista	136.012.018-10	Conselheiro Fiscal (Suplente)	Conselheiro Fiscal (Suplente)	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Não	-
João Roberto Sena da Paixão	24/07/1955	administrador	064.429.435-34	Conselheiro Fiscal (Suplente)	Conselheiro Fiscal (Suplente)	26/04/2023	Até a AGO de 26/4/2024	N/A	Sim	-

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal	0	3	0	0	0
TOTAL = 13	1	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 13	0	13	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conforme art. 16 do Estatuto Social da Tronox, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria a administração da companhia, sendo o Conselho de Administração órgão de deliberação colegiada.

De acordo com os arts. 17 a 21, o prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, admitida a reeleição, sendo estendido até a investidura dos novos administradores eleitos. O Conselho será composto de até 5 (cinco) membros, acionistas, pessoas naturais, eleitos pela Assembleia Geral, e o presidente será eleito pelos membros do Conselho de Administração, por maioria de votos. No caso de vacância de cargo do Conselho, a Assembleia Geral será convocada, dentro de 10 (dez) dias para proceder à eleição de seu substituto. O Conselho se reunirá por convocação do Presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de 1 (um) membro.

São competências do Conselho de Administração (art. 22):

- I – fixar orientação geral dos negócios da companhia;
- II – eleger os Diretores, fixando-lhe as atribuições;
- III – destituir os Diretores;
- IV – fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer atos;
- V – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- VI – declarar dividendos semestrais ou intermediários, observado o disposto no Estatuto Social;
- VII – escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- VIII – autorizar a Diretoria a adquirir ações da própria Companhia, com observância das normas legais e regulamentares em vigor;
- IX – escolher e dispensar o consultor jurídico da Companhia;
- X – emitir parecer sobre quaisquer propostas da Diretoria à Assembleia Geral;
- XI – estabelecer novas linhas de negócios, ou interromper as então existentes;
- XII – definir a política a ser observada para os assuntos que ultrapassem os atos ordinários de gestão; e
- XIII – autorizar a Diretoria:
 - 1 – a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis por natureza, admitindo-se as aquisições somente quando os imóveis forem destinados às operações industriais ou comerciais;
 - 2 – a adquirir, onerar ou alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicações em incentivos fiscais;
 - 3 – a contrair obrigações financeiras quando superiores, individualmente, a 20% (vinte por cento) do capital social realizado. Não serão consideradas obrigações financeiras, para estes efeitos, os descontos de duplicatas e os empréstimos para capital de giro junto a instituições financeiras; e
 - 4 – a celebrar qualquer acordo com acionistas ou com empresa na qual acionista da Companhia tenha qualquer forma de interesse.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: Alejandro Hernan Tochilovsky **CPF:** 404.008.675-91 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/12/1966

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), Pós-Graduado em Gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Dissertação: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO E MEDIÇÃO DE DESEMPENHO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS - Estudo de caso com empresas de produção de commodities dos complexos industriais de Camaçari e Aratu. Nome Data de nascimento Profissão CPF Cargo eletivo a que concorre Cargo eletivo ocupado Data de eleição Prazo do mandato Outros cargos ou funções exercidos na Companhia Eleito pelo Controlador? % participação nas reuniões Marcelo Passos Doria 17/02/1986 Advogado 014.042.585-31 Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 Diretor Sim 100% Alejandro Hernan Tochilovsky 21/12/1966 Administrador 404.008.675-91 Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 Gerente de Supply Chain Sim 100% Roberto Garcia de Souza 15/05/1964 Engenheiro Químico 355.662.565-20 Presidente do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 Diretor Sim 100% Ricardo Antonio Weiss 17/06/1955 Engenheiro Civil 010.673.308-79 Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Não 100% Welhington Lancaster 26/10/1972 Contador 646.078.445-00 Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Sim 100% Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto 24/04/1975 Advogado 275.224.438-06 Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Não 100% Antomar de Oliveira Rios 26/05/1971 Contador 548.246.135-15 Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Sim - Marcelo Pereira Fernandes de Barros 06/12/1967 Administrador 441.951.765-49 Conselheiro Fiscal (Suplente) Conselheiro Fiscal (Suplente) 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Sim - Maria Elvira Lopes 18/05/1970 Economista 136.012.018-10 Conselheiro Fiscal (Suplente) Conselheiro Fiscal (Suplente) 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Não - João Roberto Sena da Paixão 24/07/1955 administrador 064.429.435-34 Conselheiro Fiscal (Suplente) Conselheiro Fiscal (Suplente) 26/04/2023 Até a AGO de 26/4/2024 N/A Sim - 46 Experiência profissional de 25 anos adquirida em grandes empresas nacionais e internacionais como AKZO NOBEL, BRASKEM, MILLENNIUM CHEMICALS, LYONDELL CHEMICAL E CRISTAL COMPANY, atuando nas áreas de planejamento, supply chain e vendas. Experiência com fusão de empresas, ambientes e culturas diversas, interfaces complexas e gestão de conflitos relacionados a processos e pessoas. Desenvolvimento e Implementação de processos voltados diretamente para a gestão do negócio envolvendo relacionamentos e ações nas esferas governamentais, fiscal, financeira e comercial. Vivência de aproximadamente 20 anos dedicados ao gerenciamento de contratos de grande porte, envolvendo negociações complexas, grandes somas de capital e interesses divergentes. Experiência internacional com participação em times multidisciplinares, construindo e alinhando estratégias globais com outros executivos na América Latina, EUA, Europa e Asia. Habilidade e flexibilidade para lidar com ambientes diversos a nível nacional e internacional, visão estratégica e foco no resultado do negócio. Fluência em inglês e espanhol. Inovação para processos de mudança e postura para aprender e passar novos conhecimentos. Atualmente é responsável pelo departamento de Supply Chain na Tronox para a América Latina e América Central.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	1 ano	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Gerente de Supply Chain	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto **CPF:** 275.224.438-06 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 24/04/1975

Experiência Profissional: Graduado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Pós-Graduado em Direito Imobiliário Empresarial pela Universidade SECOVI-SP, Curso de Extensão Universitária em Harvard Law School, Berkman Center for Internet and Society, Cambridge, Massachusetts, Illinois Institute of Technology, Chicago-Kent College of Law, Chicago, Illinois (Legal Aspects of E-Commerce, 2002), Universidad de Buenos Aires (Programa de Pós Graduação, Contratos, 2002). Sócio do escritório Warde Advogados (2019 até hoje), Membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A., Nível 1 da B3 (2018-2023), Membro do Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A. (Novo Mercado da B3), Porto Seguro Companhia de Seguros 49 Gerais S.A., Itaú Seguros S.A. e Azul Companhia de Seguros Gerais S.A. (março de 2018 até hoje), Membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. (Novo Mercado da B3), Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S.A., Itaú Seguros S.A. (2010 a 2015), Membro do Conselho Jurídico do Grupo Victor Malzoni (2012 até hoje), Conselheiro do CONJUR- Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo desde 2011, Vice-Presidente da Comissão de Mercado de Capitais e Governança Corporativa da OAB-SP (2011 A 2015), Ex-Membro do Conselho Diretor da AASP- Associação dos Advogados de São Paulo, Sócio do escritório Sampaio, Katalan e Lazzareschi Sociedade de Advogados (2012 a 2019), Sócio do escritório Lazzareschi, Hilal, Bolina e Rocha Advogados (de 1998 a 2012). Atuação na área de assessoria/consultoria jurídica empresarial, com ênfase em direito societário, mercado de capitais, governança corporativa, contratos empresariais, bem como “fusões e aquisições”; Atuação na área contenciosa empresarial, no âmbito judicial, administrativo (CVM, autorregulação de ANBIMA e BSM – BM&FBovespa Supervisão de Mercados) e arbitragens (CCBC, AMCHAM, Câmara FGV, ICC etc.), principalmente em questões de direito societário, contratos empresariais, mercado de capitais e “fusões e aquisições”.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	44 - C.F. (Efetivo)Eleito p/preferencialistas	Não aplicável	26/04/2023	Não	26/04/2022

Nome: Antomar de Oliveira Rios **CPF:** 548.246.135-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 26/05/1971

Experiência Profissional: Mestrando em Ciências Contábeis pela FUCAPE. Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (1994). Exerce a atividade de auditoria independente desde 1994. Nesse período, trabalhou por 11 anos na KPMG Auditores Independentes, 4 anos na Performance Auditoria e Consultoria Empresarial, 5 anos na Master Contadores Associados e 5 anos na BDO Auditores Independentes. Atualmente é sócio da BDO, responsável pelo escritório de Salvador. Auditor registrado no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independente, na CVM Comissão de Valores Mobiliários e no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes, onde atuou com Presidente da nona regional e como Conselheiro por 6 anos. Fala, escreve e lê bem em inglês. Atuou como Docente na graduação e pós-graduação na Unifacs, nos componentes da área de Administração com ênfase em Ciências Contábeis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	43 - C.F. (Efetivo)Eleito p/Controlador	Não aplicável	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: JOÃO ROBERTO SENA DA PAIXÃO **CPF:** 064.429.435-34 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 24/07/1955

Experiência Profissional: Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Bahia, Pós-Graduado em Planejamento Tributário com Metodologia de Ensino Superior pela Universidade Salvador – UNIFACS, Curso de Extensão Universitária em Planejamento Tributário pela Faculdade Baiana de Ciências – FABAC, Técnico em Contabilidade pelo Centro Integrado Luiz Tarquínio e outros cursos na área de finanças e afins com carga horária inferior a 40 horas. Com uma trajetória profissional de mais de 40 anos acumulou experiência trabalhando em empresas privadas de grande porte, tais como: Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A (Tibrás - Titânio do Brasil S/A), COBAFI – Cia. Bahiana de Fibras, Equipetrol S/A, EMCA – Empresa Carioca de Produtos Químicos S/A, (Grupo Atlantic), Indústria de Premoldados Star Ltda. (grupo Odebrecht) e SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S/A, nas áreas de finanças, contabilidade, pessoal, fiscal e materiais, como empreendedor, é sócio da JRP Consultoria Empresarial Ltda., atuando nas seguintes áreas: administrativa, controladoria, contabilidade, fiscal e societária. Ex professor da rede estadual de ensino lecionando a disciplina Matemática Financeira, palestrante na Faculdade Visconde de Cayrú e Universidade Católica do Salvador, com os seguintes temas: “Contador Rumo ao Mercado de Trabalho”, “Empreendedorismo – Funcionamento da Atividade Empresária” e “Tributação das Empresas”. Instrutor de vários cursos profissionalizantes, avaliador do trabalho de Fraudes Fiscais da turma de formandos do curso de Ciências Contábeis da UNIFACS, ex-membro do Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários – CAFT, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, ex-membro do CONSEF - Conselho de Fazenda do Estado da Bahia/1ª Câmara de Julgamento Fiscal, ex-membro suplente do Comitê Temático de Investimento e Financiamento do Fórum Regional Permanente das ME e EPP da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, Consultor permanente das organizações: Perfilaço Produtos Siderúrgicos Ltda., Dobraço Comércio de Ferro e Aço Ltda., Proaço Comércio de Ferro e Aço Ltda., Nova América Auditoria, Consultoria e Contabilidade e Azud do Brasil Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	46 - C.F. (Suplent)Eleito p/Controlador	Não aplicável	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: Marcelo Passos Doria **CPF:** 014.042.585-31 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 17/02/1986

Experiência Profissional: Graduado pela Universidade Salvador - Unifacs em Direito em 2008; Especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) em 2010; MBA Executivo em Finanças pelo INSPER/SP em 2018; Executive MBA Short Extension na UCLA – Anderson School of Management em 2018; Executive Development Program (EDP) for Business Leaders na The Wharton School em 2019. Antes de ingressar na Companhia, iniciou a carreira em escritórios de advocacia, posteriormente atuou por 5+ anos em empresas de auditoria, tais como KPMG e PwC. Em 2015, ingressou na Companhia e atuou como Head de Finanças da Tronox Pigmentos do Brasil até Maio de 2020, sendo responsável pelas áreas de FP&A, Tax, Tesouraria e Controladoria. Desde Maio de 2020, atua como Director - Finance FP&A – Global Operations na Tronox.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	1 ano	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	Não aplicável	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: MARCELO PEREIRA FERNANDES DE BARROS **CPF:** 441.951.765-49 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 06/12/1967

Experiência Profissional: Doutor em Administração de Empresas pela Grenoble École de Management, França (2021). MBA em Finanças Corporativas pela Golden Gate University, San Francisco, California, USA. (1994). Bacharel em Administração de Empresas pela UNIFACS – Universidade Salvador (1989). Desde Fev/21 – M3B Serviços Educacionais Ltda – Sócio; Desde Jan/19 - Footway Group Ltda – Sócio; Desde Jan/18 – PFB Consultoria Ltda – Sócio; Dez/2014 a Dez/2017 – Esporte Clube Bahia - Diretor Administrativo-Financeiro; Set/2010 a Dez/2014 – Segin Comércio e Serviços Ltda – Sócio. Dez/2005 a Dez/2010 – UNIFACS – Universidade Salvador - Assessor da Reitoria; Jan/03 a Nov/2005 – Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) - Secretário de Estado; Ago/94 a Dez/02 – UNIFACS – Universidade Salvador - Coordenador de Planejamento; Dez/92 a Abr/93 – Construtora 48 Norberto Odebrecht S.A. – Consultor, Ago/90 a Nov/92 – Arthur Andersen S/C – Auditor; Jan/90 a Jul/90 – BEL – Brasileira de Escavação Ltda - Gerente Administrativo Financeiro. Presidente dos seguintes Conselhos: Conselho de Administração da PRODEB; Conselho de Gestão das Organizações Sociais – CONGEOS; Conselho de Modernização e Informática – COMIN; Conselho de Gestão do Planserv – CONSERV; Conselho de Política de Recursos Humanos do Estado da Bahia – COPE; Conselho de Previdência Estadual – CONPREV; Conselho de Administração da – SUCAB (até 2003); Conselho de Administração do – DETRAN. Membro dos seguintes Conselhos: Conselho Nacional dos Secretários de Administração – CONSAD; Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV; Conselho de Administração da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA; Conselho de Administração da Fundação Luís Eduardo Magalhães e Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	46 - C.F. (Suplent)Eleito p/Controlador	Não aplicável	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: MARIA ELVIRA LOPES **CPF:** 136.012.018-10 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/05/1970

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado em Companhias de renome no mercado sendo reinvestida no cargo por vários exercícios consecutivos, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: AES Tietê Energia S.A. (abril/16 à abril/17), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (março/21 à julho/21). É Conselheira Fiscal Titular presentemente das seguintes Companhias: São Martino S.A. (desde julho/22), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP desde abril/21), WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (desde abril/20), Minupar Participações S.A. (desde junho/21). Sendo suplente das seguintes companhia: Whirlpool S.A. (desde abril/2021 e abril/18 a julho de 2020), Bicycletas Monark S.A.(desde abril/17), Pettenati Indústria Têxtil S.A.(desde outubro 2016), Companhia de Ferro Ligas da Bahia-Ferbasa (desde abril/2018), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abril/18 e abril/15 a abril/17), Rossi Residencial S.A. (desde abril/20), Banco Pine S.A (desde julho/22).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	47 - C.F. (Suplent)Eleito p/preferencialistas	Não aplicável	26/04/2023	Não	26/04/2022

Nome: Ricardo Antonio Weiss **CPF:** 010.673.308-79 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 17/06/1955

Experiência Profissional: Ricardo A. Weiss, 67 anos, é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas pelo CEAG da Fundação Getúlio Vargas. Concluiu os cursos Advanced Management Program - AMP e Corporate Governance na Harvard Business School, além de diversos cursos in house do INSEAD. É conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atualmente é conselheiro independente da Ferbasa, Hidrovias do Brasil, Tupy, Vivix (Grupo Cornélio Brennand), Vicunha, Coteminas e Tronox Brasil, e membro do Conselho Superior de Economia da FIESP. 47 Atuou como conselheiro independente da Usiminas, Unigel, Log-In Logística Intermodal, M.Dias Branco, Duas Rodas Industrial e T4U (Towers For You) Holding Brasil. Foi conselheiro consultivo da Columbia Trading, Grupo Othon e da Alcoa América Latina, além de conselheiro suplente da Alpargatas. Foi CEO de várias empresas no Brasil e no exterior pelo grupo Mover e Anglo American plc e membro de conselhos de diversas empresas do grupo Anglo American plc, dentre elas Anglo American South America, Salobo Metais (joint venture com a Vale), Aracruz Celulose (atual Suzano) e da Copebrás. Iniciou sua carreira na Price Waterhouse Management Consulting Services. Foi Diretor Executivo de Commodities na Copersucar.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	1 ano	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Não aplicável	26/04/2023	Não	26/04/2022

Nome: ROBERTO GARCIA DE SOUZA **CPF:** 355.662.565-20 **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 15/05/1964

Experiência Profissional: Graduado pela UFBA – Universidade Federal da Bahia em Engenharia Química em 1986; pós-graduado em Administração e Negócios (MBA) pela UNIFACS – Salvador em 2002. Fluência avançada em inglês, intermediária em Alemão e Espanhol e conhecimentos de Francês. Desde 1986 na Companhia, passou por várias funções de Liderança nas áreas Técnicas e de Operação, foi promovido a gerente Técnico em 2003 e promovido a Diretor Industrial em 2014. Em 2018 tornou-se Membro do Conselho de Administração e em 2019 foi promovido a Diretor Geral da Tronox Pigmentos do Brasil S/A, e Presidente do Conselho de Administração. Em 2022 foi promovido a Diretor das Américas da Tronox Holdings plc. No curso de sua carreira desempenhou várias funções na interface com as estruturas globais da empresa, sendo no Brasil, o ponto focal de planos estratégicos e de desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. Tem larga exposição internacional em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França e China participando de vários times globais técnicos e de negócio. Entre 2011 e 2014, participou de um grupo global de M&A avaliando várias plantas na China visando aquisição, o que culminou com a aquisição da planta Chinesa do grupo. Desde 2014, membro do Conselho de Administração do COFIC (Comitê de fomento Industrial de Camaçari), e é também um dos representantes da Indústria Química e Petroquímica na FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia) e Membro do Conselho Diretor da ABIQUIM.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	26/04/2023	1 ano	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	Não aplicável.	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: Rodrigo Jacobina Assunção **CPF:** 946.051.905-97 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 24/08/1979

Experiência Profissional: Pós graduado em Controladoria e Gestão de Negócios pela UNIFACS (2009). Graduado em Administração de Empresas pela UNIFACS (2000). Atualmente exerce a função de Gerente de Recursos Humanos e Serviços Administrativos da operação Brasil da empresa Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Trabalha na Tronox desde 2000 sempre na área de recursos humanos e serviços administrativos, durante esse período exerceu as funções de analista, líder de planejamento de pessoal, orçamento, benefícios e atualmente esta na função de Gerente. Representa a empresa como membro na Comissão de Negociação da Convenção Coletiva de Trabalho do COFIC e também é membro da Comissão de Gestão Estratégicas de Pessoas na AMCHAM (American Chamber).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2023	1 ano	19 - Outros Diretores	Gerente Administrativo e de RH	26/04/2023	Sim	

Nome: Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras **CPF:** 481.147.905-04 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 23/06/1968

Experiência Profissional: Formação: Bacharelado em Direito – UFBA (1986-1990); Especialização em Direito Processual Civil – UNIFACS (1997-1999); e Especialização em Direito Civil - UNIFACS (2002-2003). CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S/A, Desde Julho de 2005, Indústria química estabelecida no Pólo Petroquímico de Camaçari – BA, GERENTE JURÍDICO (desde Julho de 2005) e MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (desde Abril de 2009). VERACEL CELULOSE S/A - De Dezembro de 2003 a Julho de 2005 Indústria de celulose - GERENTE JURIDICO UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR - De Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003 -Universidade particular com atuação no Estado da Bahia. GERENTE JURÍDICO e PROFESSOR DE DIREITO FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB - De Março/2000 a Março de 2002 Entidade sindical representante do segmento industrial do Estado, incluído SESI, SENAI e IEL. GERENTE JURIDICO - BOMPREGO BAHIA S.A. De Abril/1994 a Abril de 1999 Rede de supermercados/hipermercados no Estado da Bahia GERENTE JURÍDICO - ARTHUR ANDERSEN S/C. Agosto/1991 a Novembro/1993 - Empresa de auditoria e consultoria empresarial CONSULTOR FISCAL/JURÍDICO Membro da Comissão de Assessoramento Jurídico da ABIQUIM – Associação Brasileira das Indústrias Químicas e Vice-Presidente da Comissão Jurídica da Câmara Americana de Comercio (AMCHAM) – Seção Bahia

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/04/2023	1 ano	12 - Diretor de Relações com Investidores	Gerente Jurídico	26/04/2023	Sim	26/04/2022

Nome: Welhington Lancaster **CPF:** 646.078.445-00 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 26/10/1972

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis, Pós-graduado em Direito Tributário e Diretor Tributário da ANEFAC regional Bahia por 6 anos, possui mais de 28 anos de experiência em consultoria tributária e societária, com foco em tributos diretos e organização patrimonial, dos quais 14 atuou na EY e 13 anos na TRACT. Diplomado como Conselheiro Fiscal pela instituição IBGC. Sólida experiência em projetos de alta complexidade na área de tributos diretos e em processos complexos de reestruturação societária, operações de aquisições, integração de negócios e planejamento patrimonial e sucessório, tendo trabalhado com as diversas modalidades de organização: SA, LTDA, SPE, SCP, Consórcios, CSC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	26/04/2023	1 ano	43 - C.F. (Efetivo)Eleito p/Controlador	Não aplicável	26/04/2023	Sim	26/04/2022

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários, bem como não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações familiares, sejam relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os administradores da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe relações de subordinação, prestação de serviço ou controles, mantidas entre os administradores nos 3 últimos exercícios sociais.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia possui seguro de Administradores contratado cujo objeto é o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária, nos termos da apólice, das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pelo segurado ou tomador quando este antecipar valores correspondentes à indenização e perdas do segurado, relativamente às garantias contratadas e especificadas em apólice, observadas as exclusões e limitações nela expressamente previstas.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas neste formulário.

8.1 Política ou prática de remuneração

A. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A administração da remuneração para Conselheiros, Diretores Estatutários ou de qualquer outro empregado não estatutário visa compensar os colaboradores na MEDIANA do mercado no qual a empresa se insere, ou seja, no ramo químico & petroquímico.

Adicionalmente, qualquer decisão sobre remuneração é definida pela matriz nos Estados Unidos em conjunto com o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil.

B. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A gestão de remuneração da Tronox no Brasil é feita pela matriz nos Estados Unidos em conjunto com o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A área de compensação da matriz nos Estados Unidos contrata uma consultoria especializada em pesquisa de remuneração, a política da Empresa é pagar a mediana do mercado no qual a empresa se insere, ou seja, no ramo químico & petroquímico.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Uma vez por ano a Empresa atualiza as informações da sua estrutura salarial junto a consultoria especializada.

C. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos Conselheiros da Administração é composta pela seguinte premissa abaixo:

- *GRATIFICAÇÃO ANUAL – Remuneração anual definida pela matriz nos estados Unidos em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.*

A remuneração dos Diretores Estatutários é composta pelas seguintes premissas abaixo:

- *HONORÁRIOS FIXOS e BÔNUS ANUAIS – Remuneração definida pela matriz na Estados Unidos em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.*
- *BENEFÍCIOS – São os respectivos componentes definidos pela matriz e o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil: Carro designado, plano de pensão, assistência médica, seguro de vida, seguro e D&O.*

8.1 Política ou prática de remuneração

- *Os honorários fixos e Bônus anual correspondem à remuneração definida pela matriz e o setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.*
- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

O objetivo do pacote de remuneração e benefícios da Tronox é pagar de forma justa e de acordo com as melhores práticas do mercado, também visa reter os talentos da operação no Brasil.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A proporção da remuneração dos administradores na remuneração total da Companhia foi em média de 8% nos últimos 3 exercícios sociais.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste
 - *A Tronox pesquisa o mercado setorial e define a remuneração considerando cargos similares no Brasil e nos países que opera.*
 - *Para os membros do conselho fiscal serão estabelecidas remunerações mensais fixas determinadas pelo conselho de Administração*
 - *Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG, conforme mencionado no tópico 1.9.*

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	374.400,00	2.523.805,71	369.880,00	3.268.085,71
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável.	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	423.755,00	0,00	423.755,00
Participação de resultados	0,00	674.510,78	0,00	674.510,78
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável.	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não aplicável	Não aplicável.	Não aplicável	
Total da remuneração	374.400,00	3.622.071,49	369.880,00	4.366.351,49

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	293.951,97	2.272.013,37	263.500,00	2.829.465,34
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	482.893,75	0,00	482.893,75
Participação de resultados	0,00	802.607,87	0,00	802.607,87
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Total da remuneração	293.951,97	3.557.514,99	263.500,00	4.114.966,96

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	160.000,00	2.642.111,00	198.000,00	3.000.111,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Total da remuneração	160.000,00	2.642.111,00	198.000,00	3.000.111,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não é aplicável para a Companhia o estabelecimento de valor máximo e mínimo no plano de remuneração variável da Administração, exceto pela definição do valor máximo de remuneração por Participação nos Resultados para Diretoria Estatutária no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.7 Opções em aberto

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.10 Outorga de ações

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.12 Precificação das ações/opções

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

8.13 Participações detidas por órgão

Apenas Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras, Diretor de Relação com Investidores, da Companhia, possui ação da Companhia, sendo 1 (uma) ação ordinária.

8.14 Planos de previdência

a. Órgão – Diretores Estatutários + Conselho de Administração	2022	2021	2020	2019	2018
b. Número de membros	6	6	5	5	5
c. nome do plano	MAPFRE PREVISION FICFI RENDA FIXA PREV				
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N
e. condições pára se aposentar antecipadamente	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.321.978,31	R\$ 1.880.586,36	R\$ 1.600.592,00
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.680.000,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.321.978,31	R\$ 1.880.586,36	R\$ 1.600.592,00
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Somente na hipótese de saída involuntária				

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Divulgada no item 8.1 Política/Prática de Remuneração.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

De acordo com o CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas:

Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis.

(a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:

(i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;

(ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou

(iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

(b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:

(i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);

(ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);

(iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;

(iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;

(v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;

(vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);

(vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade).

O item “iii” da letra “a” descreve que qualquer membro do pessoal chave da administração deve ser considerado uma parte relacionada, assim sendo toda a diretoria estatutária da Companhia é uma parte relacionada sua, e conseqüentemente a remuneração desta diretoria enquadra-se neste item do formulário de referência (“13.13 – Percentual partes relacionadas na remuneração”). Além disso, o presidente do Conselho de Administração é um dos membros da diretoria estatutária da Companhia, e a remuneração para ele também se enquadra neste item.

Assim sendo, considerando a remuneração paga para a diretoria estatutária, incluindo a parte cabível ao presidente do Conselho de Administração, o percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia reconhecida no resultado foi de aproximadamente:

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

<u>Órgão</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diretoria executiva	82,96%	86,44%	88,07%
Conselho de administração e fiscal	17,04%	13,56%	11,93%
	100,00%	100,00%	100,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

8.20 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes a Remuneração dos administradores já foram apresentadas neste formulário.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2022	01/01/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Financeiras para os exercícios sociais findos em 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2024 e revisão especial das informações trimestrais destes exercícios.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Os honorários pelos serviços para o triênio, são equivalentes a R\$ 781.365,00 (setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais) .			
Justificativa da substituição			
Não se aplica.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Conforme procedimentos realizados atrelados às demonstrações financeiras, não foram identificados conflitos de independência nem conflitos de interesses.

9.4 Outras informações relevantes

Principais assuntos de auditoria

- Avaliação da recuperabilidade de adiantamento à fornecedores

A Companhia reconheceu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 13 milhões relativos a provisão sobre realização do saldo de adiantamentos realizados à seu principal fornecedor.

Devido as incertezas relacionadas a recuperabilidade desses adiantamentos e considerando o montante dos adiantamentos, a utilização de estimativas e o grau significativo de julgamento por parte da Administração da Companhia na determinação de curva histórica de entrega de produtos e fator de risco de crédito para entidades com dificuldades financeiras e operacionais uma vez que o principal fornecedor divulgou o pedido de recuperação judicial aprovado pelo juízo em novembro de 2022, foi considerada pela auditoria a recuperabilidade desses adiantamento como principal assunto de auditoria.

- Plano de assistência médica

A Companhia concede plano de assistência médica aos empregados ativos e aos aposentados. A apuração de suas obrigações atuariais é determinada de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário.

Considerando as incertezas e o alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas utilizadas para a valorização do passivo atuarial, tais como taxa de desconto, taxa de inflação e expectativa de vida , que podem ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia, foi considerado pela auditoria este assunto como principal assunto de auditoria.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	5	10	0	0	0
Não-liderança	46	281	0	0	0
TOTAL = 342	51	291	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	13	1	1	0	0	0
Não-liderança	1	57	44	144	1	0	80
TOTAL = 342	1	70	45	145	1	0	80

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	9	6
Não-liderança	43	186	98
TOTAL = 342	43	195	104

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	12	0	3	0	0
Não-liderança	0	322	0	5	0	0
TOTAL = 342	0	334	0	8	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	45	289	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	6	2	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 342	51	291	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	62	45	145	1	0	80
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	8	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 342	1	70	45	145	1	0	80

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	42	188	104
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1	7	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 342	43	195	104

10.1 Descrição dos recursos humanos

O quadro de empregados da Companhia totalizou, em 2022, 342 empregados diretos (352 no ano de 2021), o turnover foi de 5,78% (3,95%% em 2021).

A Companhia participa de diversos grupos técnicos para pesquisa sobre práticas relativas à remuneração, garantindo assim a efetividade da política de remuneração para seus empregados. A empresa oferece ainda benefícios alinhados com as principais práticas de mercado, tais como: participação nos lucros, previdência privada, auxílio educação, assistência médica, assistência odontológica, programa qualidade de vida, dentre outros.

Em 2022, o Centro de Treinamento Técnico desenvolveu com sucesso a formação de mais de uma turma de técnicos para nossa área de manufatura, abrangendo as funções de operação, manutenção mecânica, elétrica e instrumentação, além de profissionais para laboratório. Baseado na estratégia de melhoria contínua, esse programa tem sido frequentemente revisado e ajustado para atendimento das principais demandas da área industrial.

Também foram investidas mais de 2.900 horas em ações de treinamento para atendimentos das demandas de ordem técnica e otimização de produtividade. As gestões nas áreas ambiental, segurança do trabalho e segurança de processo, foram devidamente suportadas pelas agendas de treinamento para formação, certificação e reciclagem de profissionais, totalizando mais de 700 horas de treinamento. O investimento na manutenção do conhecimento técnico para os profissionais ligados à área industrial ultrapassou 1.700 horas.

A gestão da Companhia foi objeto de investimento de mais de 330 horas no desenvolvimento de programas de gestão avançada e reciclagens diversas, garantindo atualização dos gestores e formação de novos líderes.

10.2 Alterações relevantes

Não ocorreram alterações relevantes durante o ano.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A política de remuneração fixa da Companhia é baseada em pesquisa periódica de mercado setorial.

A partir de estudo, são definidos parâmetros que estabelece o plano de cargos e salários da organização, considerando cargos similares no Brasil e nos países que opera.

Adicionalmente, a Companhia adota como remuneração variável a política de PLR nos quais os valores são definidos e aprovados anualmente a partir de metas previamente negociadas com o sindicato da categoria profissional.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A relação da Companhia com o sindicato (Sindiquímica – BA) é baseada em valores e diretrizes como boa comunicação, transparência, respeito mútuo.

O setor de Recursos Humanos é a área responsável para estabelecer este canal de comunicação efetivo e transparente.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referente ao setor de Recursos Humanos já foram apresentadas neste formulário.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui uma política de transações com Partes Relacionadas divulgada em seu portal de relação com investidores (www.tronox-ri.com.br/), que descreve todas as diretrizes da organização para realização de transações com partes relacionadas.

A política define os seguintes conceitos:

1. **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados na avaliação se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.
2. **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Além disso, são estabelecidas as regras de transações com partes relacionadas aplicadas pela Companhia:

1. **Transações entre empresas do grupo Tronox Global:** Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados pelo grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
2. **Empréstimo mútuo:** Em caso de existência de empréstimos efetuados entre pessoas jurídicas e físicas que são partes relacionadas com a Tronox Global, todo o processo será realizado mediante emissão contratual aprovada pela Controladoria e Diretoria Administrativa sob a chancela do Conselho de Administração. Adicionalmente, os respectivos procedimentos seguirão as devidas práticas contábeis e fiscais vigentes no país.
3. **Transfer Pricing:** As empresas do Grupo Tronox que fazem negócios entre si confirmam compliance com a legislação de Transfer Price no Brasil e atendem às determinações da governança corporativa.

A legislação de Transfer Price no Brasil, estabelecida em 1996, se aplica ao Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e permanece relativamente inalterada desde então. Atualmente essas são as principais normas sobre Transfer Price:

- Lei nº 9.430/96 (Capítulo I, Seção V - artigos 18 a 24-B)
- Portaria MF nº 222/08
- Instrução Normativa RFB nº 1312/12

11.1 Regras, políticas e práticas

4. Distribuição de lucros e dividendos: Qualquer transferência de valores entre partes relacionadas referentes a lucros e dividendos são aprovadas em reunião do Conselho de Administração sob valores auditados por empresa independente e parecer do Conselho Fiscal.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Millenium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda.	31/12/2022	200.000.000,00	156.669.700,25	156.669.700,25	3 anos (36 meses).	1,2750%
Relação com o emissor	A Millenium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda. é a controladora da Companhia, com maior participação no capital social da mesma, detendo de forma majoritária suas ações ordinárias.					
Objeto contrato	Relação financeira - empréstimo de mútuo com parte relacionada.					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável;					
Natureza e razão para a operação	Empréstimo de mútuo para controladora Millenium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda realizado em julho de 2021.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Tronox África do Sul	31/12/2022	2.170.678,44	774.173,17	774.173,17	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertence ao grupo Tronox, grupo o qual a Companhia faz parte, ou seja, possui o mesmo controlador.					
Objeto contrato	Relação comercial - compra de minério.					
Garantia e seguros	Não existem					
Rescisão ou extinção	Não existem					
Natureza e razão para a operação	Em 31 de dezembro de 2022, R\$ mil 2.171 (R\$ mil 7.667 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a operação com a Tronox África do Sul. em decorrência da compra de matéria prima importada. Adicionalmente, há saldo a receber no montante de R\$ 1.397 (R\$ 7.981 em 31 de dezembro de 2021) em decorrência de ajuste de preço de compra de matéria-prima importada.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Tronox Estados Unidos	31/12/2022	650.471,04	650.471,04	650.471,04	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa pertence ao grupo Tronox, grupo o qual a Companhia faz parte, ou seja, possui o mesmo controlador.					
Objeto contrato	Relação comercial - reembolso de despesas.					
Garantia e seguros	Não existem					
Rescisão ou extinção	Não existem					
Natureza e razão para a operação	Em 2022, os valores em aberto se referem a basicamente consultoria, realizada com terceiros paga pela Tronos EUA, líquido dos valores de pagamento a funcionários que estão alocados na folha de pagamento do Brasil que prestam serviços para a unidade norte americana.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Conforme determinado em seu Código de Conduta e Ética, divulgado em seu Portal de Relação com Investidores (www.tronox-al.com.br), a Companhia espera de todos os seus empregados e demais colaboradores que evitem atividades pessoais e interesses financeiros que possam conflitar com suas responsabilidades na Companhia.

A Companhia determina que qualquer uma das situações abaixo, que possam até mesmo dar impressão de haver um conflito de interesse seja comunicada, para que as devidas atitudes sejam tomadas por quem e a quem couber:

- Compras ou interesses em uma empresa externa, quando o empregado estiver em posição, na Companhia, de afetar as relações de negócios entre a Companhia e a empresa objeto do interesse do empregado.
- Comprometimento com um segundo emprego, ocupação ou trabalho em tempo parcial que faça o empregado gastar tempo cuidando de assuntos não relacionados com a Companhia durante o horário comercial, ou usar recursos da Companhia para fins referentes ao seu outro cargo.
- Nomeação como conselheiro ou outro cargo oficial, em outra organização, onde o empregado possa estar envolvido em decisões que afetem, ou possam afetar a Companhia, ou outras entidades que possam interagir diretamente com a Companhia.
- Aceitação de subornos, presentes, hospitalidade ou outros favores ou serviços, que possam ou pretendam levar o empregado a conseguir vantagens particulares para o concesso, ou a usar o seu cargo na Companhia para influenciar as relações da Companhia com o concesso.
- Empregados que usem o próprio cargo para conseguir vantagens particulares para parentes, amigos ou parceiros de negócios, incluindo o envolvimento da Companhia em relações de negócios com empresas administradas ou de propriedade de parentes, amigos ou parceiros de negócios, ou a tomada de decisões ocupacionais referentes a parentes ou amigos pessoais que trabalhem na Companhia.

11.3 Outras informações relevantes

Saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022:

	Ativo				Passivo	Resultado				
	Circulante		Não circulante		Circulante	Custo do		Resultado		Total
	Reembolso de gastos (a)	Contas a receber (b)	Mútuo (c)	Total	Fornecedores (d)	Receita de vendas (e)	produto vendido (e)	Varição cambial (f)	Juros (c)	
Tronox Inc. (EUA)	650	-	-	650	-	-	-	151	-	151
Tronox Ltd. (França)	-	-	-	-	-	-	-	(1.526)	-	(1.526)
Tronox África do Sul	-	1.397	-	1.397	(2.171)	-	-	(417)	-	(417)
Millenium Inorganic (Holding)	-	-	156.670	156.670	-	-	-	-	31.920	31.920
Total 31 de dezembro de 2022	650	1.397	156.670	158.717	(2.171)	-	-	(1.792)	31.920	30.128

	Ativo				Passivo	Resultado				
	Circulante		Não circulante		Circulante	Custo do		Resultado		Total
	Reembolso de gastos (a)	Contas a receber (b)	Mútuo (c)	Total	Fornecedores (d)	Receita de vendas (e)	produto vendido (e)	Varição cambial (f)	Juros (c)	
Tronox Inc. (EUA)	90	-	-	90	(685)	-	-	(25)	-	(25)
Tronox Ltd. (França)	-	29.835	-	29.835	-	30.452	(7.770)	22	-	22.704
Tronox África do Sul	-	7.981	-	7.981	(7.667)	-	-	(207)	-	(207)
Millenium Inorganic (Holding)	-	-	211.263	211.263	-	-	-	-	7.510	7.510
Total 31 de dezembro de 2021	90	37.816	211.263	249.169	(8.352)	30.452	(7.770)	(210)	7.510	29.982

- (a) Reembolso de salários de funcionários que estão alocados na folha de pagamentos do Brasil e que, também, prestam serviço para as filiais dos Estados Unidos.
- (b) Contas a receber com a Tronox África do Sul, no montante de R\$ 1.397 (R\$ 7.981 em 31 de dezembro de 2021) em decorrência de ajuste de preço de compra de matéria-prima importada. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, havia saldo em aberto, com a Tronox Ltd. (França), no montante de R\$ 29.835, referente a venda de ilmenita. Em 2022, a Companhia recebeu os valores.
- (c) Em 13 de julho de 2021, a Companhia assinou contrato de mútuo ativo com a controladora Millenium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., no valor de R\$ 200.000, com prazo de validade de três anos, remunerado a 125% da taxa SELIC *pro rata die*, até a data efetiva do pagamento. Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia assinou aditivo contratual estabelecendo a incidência de juros compostos da data da remessa financeira até a data do efetivo pagamento. Em 3 de janeiro de 2022, a Companhia assinou novo contrato de mútuo ativo com a parte relacionada, no valor de R\$ 1.800, com prazo de validade de um ano e remunerado a juros compostos compensatórios equivalentes a uma taxa mensal correspondente a 100% do CDI de cada mês, calculada *pro rata die*, até a data efetiva do pagamento. Em 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 88.313, remanescendo saldo de R\$ 156.670. O juros do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 31.920 (R\$ 7.510 em 31 de dezembro de 2021).
- (d) Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 2.171 (R\$ 7.667 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a operação com a Tronox África do Sul. em decorrência da compra de matéria prima importada. Em 31 de dezembro de 2021, existe, também, saldo em aberto com a Tronox EUA, referente a consultoria realizada com terceiros, no valor de R\$ 685.
- (e) Em 31 de dezembro de 2021, saldo de R\$ 30.452 refere-se as vendas de ilmenita para Tronox França, líquidas do custo de vendas de R\$ 7.770.
- (f) Refere-se a variação cambial incidente sobre as operações realizadas com partes relacionadas, descritas nos tópicos acima.

11.3 Outras informações relevantes

Compras de matéria-prima com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou compra de matéria-prima com partes relacionadas que totalizaram, aproximadamente, R\$ 106.007 (R\$ 154.000 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2021, ocorreu compra de produto acabado para revenda (zirconita), no valor de R\$ 75.000.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

Mútuo com partes relacionadas

A movimentação do mútuo a receber está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.
Constituição de mútuo em julho de 2021	200.000
IOF recolhido sobre remessa	3.753
Juros a receber	7.510
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>211.263</u>
Constituição de mútuo	1.800
Juros a receber	31.920
Recebimento de valores	(88.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>156.670</u>

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
26/04/2022		250.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
10.158.398	18.860.349	29.018.747
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	12.342.238	
Preferencial Classe B	6.518.111	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, visto que a Companhia não possui emissores estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários além dos já citados emitidos no Brasil.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários além dos já citados emitidos no Brasil.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias, preferenciais classe A e preferenciais classe B da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (https://www.b3.com.br/pt_br/), sob os códigos CRPG3, CRPG5 e CRPG6.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

A Companhia, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 21 de fevereiro de 2017, 10 de abril de 2019, 13 de maio de 2019, 23 de fevereiro de 2022, 25 de fevereiro de 2022 e 04 de março de 2022, todos relacionados à oferta pública de aquisição de ações ordinárias (“CRPG3”) por alienação indireta do controle da Companhia (“OPA” ou “Oferta”), realizada pela Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda. (“Ofertante”), vem comunicar que o Ofertante protocolou junto à CVM, nesta data, as informações referentes ao resultado final da OPA, em conformidade com o item 5.9.1. da Carta Convite da Oferta divulgada em 04 de março de 2022.

Como resultado da OPA, não foram adquiridas ações ordinárias em circulação da Companhia, de forma que continuam em circulação 99.081 ações ordinárias, representativas de 0,9753% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

A Companhia possui ações de terceiros, avaliadas a valor justo, nível 1 no valor de R\$ 10.224. Em 31 de dezembro de 2022, apurou-se ganho de R\$ 1.952 (perda de R\$ 694 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, reconheceu saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 2.605, sendo: R\$ 663 referente ao ganho do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e; ii) R\$ 1.942 referente a períodos anteriores.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Garcia de Souza

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Viktor Maximiliano A S Veras

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099, – Estrada do Coco – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

- (i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
- (ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- (iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 31 de maio de 2023.

Roberto Garcia de Souza
(Diretor)

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor de Relações com Investidores da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099 – Estrada do Coco – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

- (i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
- (ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- (iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 31 de maio de 2023

Viktor Maximiliano A S Veras
(Diretor de Relações com Investidores)

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**Identificação dos responsáveis**

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
ROBERTO GARCIA DE SOUZA	Diretor
VIKTOR MAXIMILIANO A S VERAS	Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099 – Estrada do Coco – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

- (i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
- (ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- (iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 31 de maio de 2023

Roberto Garcia de Souza
(Diretor)

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 15.115.504/0001-24
NIRE 29.300.010.065

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor de Relações com Investidores da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede BA 099 – Estrada do Coco – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 15.115.504/0001-24, declara que:

- (i) Reviu e concorda com as informações do Formulário de Referência.
- (ii) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na instrução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- (iii) O conjunto de informações nele contido é um relato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Camaçari, 31 de maio de 2023

Viktor Maxiliano A S Veras
(Diretor de Relações com Investidores)